

red da maré

“MEU NOME NÃO É CRACUDO”

A CENA ABERTA DE CONSUMO DE DROGAS
DA RUA FLÁVIA FARNESE, NA MARÉ,
RIO DE JANEIRO

APOIO:



OPEN SOCIETY
FOUNDATIONS



REALIZAÇÃO:

cesec

reda
da
smaré

EU ME CHAMO REGINALDO
GOMES DE ARRUDA, SOU UM
USUÁRIO DE CRACK E QUERO
SER CHAMADO PELO NOME,
NÃO DE CRACUDO.

[MORADOR DA CENA DE CONSUMO
DA FLÁVIA FARNESE]¹

1. O título deste artigo se inspira na fala de Reginaldo e na matéria *Prazer, meu nome é Reginaldo, não cracudo*, de Rosilene Miliotti, publicada no jornal *Maré de Notícias* em 29/09/2015, vencedora em segundo lugar do Prêmio Gilberto Velho de Mídia e Drogas de 2015 (disponível em <http://redesdamare.org.br/blog/noticias/prazer-meu-nome-e-reginaldo-nao-cracudo/>). Último acesso: 15/12/2015). Afora Reginaldo, que optou por identificar-se, todos os nomes de moradores da cena citados neste trabalho são fictícios.

RESUMO

Em 2015 a Redes da Maré desenvolveu um processo de aproximação à cena aberta de consumo de drogas da rua Flávia Farnese, na Maré, atípica no Rio de Janeiro por sua estabilidade geográfica e demográfica. Combinando observação participante, criação de vínculos, intervenção, articulação institucional e entrevistas semiabertas com 59 dos cerca de 80 moradores da cena, buscou-se traçar o perfil e identificar as demandas dos moradores, entender as dinâmicas incidentes no espaço que ocupam e mapear as políticas de atendimento que ali atuam. Ponto de convergência de problemas sociais urbanos e contexto marcado por diversas violências, discriminações e trajetórias de marginalização, o estudo da “cracolândia” revela a urgente necessidade de políticas públicas integradas, capazes, inclusive, de ampliar as práticas de redução de danos para além das relacionadas diretamente ao uso de drogas. Revela também a importância da mediação de uma organização da sociedade civil integrada no território para articular demanda e oferta de políticas públicas, e facilitar a formulação de estratégias sustentáveis de atendimento aos usuários de drogas em situação de rua.



COORDENAÇÃO

ELIANA SOUSA SILVA (REDES DA MARÉ)

JULITA LEMGRUBER (CESEC)

EQUIPE

COORDENADORA DE CAMPO E PESQUISADORA

MAÏRA GABRIEL ANHORN (REDES DA MARÉ)

ASSISTENTE SOCIAL E PESQUISADORA

LIDIANE MALANQUINI (REDES DA MARÉ)

PESQUISADORA

ANA CLARA TELLES (CESEC)

MEDIADORES COMUNITÁRIOS

HENRIQUE GOMES (REDES DA MARÉ)

NÉLSON TEIXEIRA (ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DE PARQUE MARÉ)

REVISÃO TÉCNICA

LEONARDA MUSUMECI (IE/UFRJ E CESEC)

FOTOS

DAIANE CARLOS

CHINA

GABRIELA

VANIELE

WILLIAM

PROJETO GRÁFICO

MÓRULA OFICINA DE IDEIAS

PARCERIA

NÚCLEO INTERDISCIPLINAR DE AÇÕES
PARA A CIDADANIA (NIAC-DIUC-UFRJ)

COORDENADORA

MIRIAM KRENZINGER

ESTAGIÁRIAS

CRISTIALANE CARVALHO DE LIMA

JESSICA DUTRA

APOIO

OPEN SOCIETY FOUNDATIONS

INTRODUÇÃO

Tornou-se moeda corrente no Brasil a imagem das chamadas “cracolândias” como verdadeiros infernos na Terra: antros de “zumbis” teleguiados pela droga, violentos, imprevisíveis, repugnantes e desprovidos de qualquer capacidade de escolha ou discernimento. Rótulos que geram medo e desconfiança, e fornecem o caldo de cultura ideal para estratégias conservadoras empenhadas em esconder problemas sociais ou tentar eliminá-los por meio da repressão. O desconhecimento sobre esses espaços e sobre seus ocupantes desempenha papel central na reprodução dos estereótipos. Por sua vez, o preconceito, alimentado pela falta de conhecimento, torna-se parte central do problema, acrescentando à já elevadíssima vulnerabilidade social dos usuários de drogas em situação de rua o estigma que fecha portas, reduz alternativas e bloqueia horizontes. Desconstruir chavões em torno de “cracudos” e “cracolândias” é, portanto, uma tarefa imprescindível caso se queira efetivamente abrir caminhos para lidar com os problemas relacionados à população em situação de rua e ao uso abusivo de drogas no país.

A pesquisa cujos resultados se apresentam aqui consistiu num processo de aproximação aos moradores e frequentadores de uma cena de consumo de crack do município do Rio de Janeiro atípica por sua longevidade e estabilidade. Localizada na rua Flavia Farnese, no Parque Maré – uma das 16 comunidades que formam o Complexo da Maré, na região da Leopoldina, zona norte da cidade –, essa cena fixou-se territorial e demograficamente desde 2013. O processo foi elaborado e conduzido pela Associação Redes de Desenvolvimento da Maré (Redes da Maré), em parceria com o Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (CESeC), com a Associação de Moradores do Parque Maré e com o Núcleo Interdisciplinar de Ações para Cidadania (NIAC/UFRJ). Combinou observação participante, intervenção e articulação institucional com o objetivo de conhecer o perfil sócio-demográfico do grupo; compreender as dinâmicas relacionais e territoriais constitutivas da cena de consumo; mapear as instituições e as formas de atendimento à população local; conhecer e analisar as principais demandas dos moradores, e oferecer-lhes algumas experiências que pudessem propor temporalidades e sociabilidades distintas.

De fevereiro a julho de 2015, a equipe da pesquisa visitou regularmente a cena de consumo da Flavia Farnese (por comodidade, referida doravante como CCFE), conversando informalmente com moradores, frequentadores e profissionais de atenção e cuidado a usuários de drogas em situação de rua; realizando entrevistas; aplicando questionários semiabertos e observando as dinâmicas locais.² Paralelamente, desenvolveram-se estratégias e espaços para o estabelecimento de outras formas de interação entre a equipe e o grupo de moradores, capazes de acionar outras subjetividades e representações para além da identidade de “cracudo”: encontros fotográficos, produção de imagens (pinhole e vídeos), sessões de cinema, rodas de capoeira e saídas para palestras e espetáculos. Auxílio para inscrição em cursos oferecidos por instituições locais, rodas de conversas com profissionais da Maré visando a debater o tema das drogas, aproximação da equipe do jornal comunitário *Maré de Notícias* aos moradores da CCFE e facilitação do diálogo entre órgãos de atendimento aos usuários foram alguns dos desdobramentos mais importantes da pesquisa-intervenção cujos resultados são expostos resumidamente a seguir.

2. Informações mais detalhadas sobre a metodologia adotada no trabalho de campo encontram-se no relatório completo do projeto “Reflexões sobre políticas de drogas na perspectiva de uma cena de consumo na Maré: o caso da cena da Flávia Farnese”. Rio de Janeiro: Redes da Maré/CESeC, novembro de 2015.

TERRITÓRIOS EM MOVIMENTO: A CENA DA RUA FLAVIA FARNESE E A SEGURANÇA PÚBLICA DO RIO DE JANEIRO

Fixação e itinerância das cenas de consumo de crack e de seus usuários no Rio de Janeiro estão diretamente relacionadas à agenda da segurança pública e às obras urbanísticas do PAC-Favelas, assim como a arranjos específicos nos territórios onde essas cenas se estabelecem. Diferentemente do caso de São Paulo, em que há grande concentração de usuários de crack na área central da cidade, o Rio se caracteriza por uma multiplicidade de cenas abertas de consumo localizadas, na sua maioria, em áreas periféricas no interior ou no entorno de favelas e ao longo de linhas férreas na zona norte da cidade. Em 2015, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social identificou 18 cenas na região, cujas localizações se explicam pela facilidade de acesso à droga, pela negociação com grupos criminosos armados locais, pela “invisibilidade” dos espaços e/ou pela intervenção menor e menos sistemática de agentes de segurança pública.

A partir de 2008, porém, a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em diversas favelas gerou intensa movimentação das cenas de consumo de crack pela cidade do Rio de Janeiro, uma vez que a chamada “pacificação” quase invariavelmente implicou o desalojamento das “cracolândias” existentes no interior ou no entorno dos territórios a serem ocupados por UPPs. Assim ocorreu sucessivamente com as cenas de consumo do Pavão-Pavãozinho em 2009; do Complexo do Alemão e de Tabajaras em 2010; da Mangueira em 2011; de Santo Amaro, Arará, Manguinhos e Jacarezinho em 2012. Como ressaltam Frúgoli Jr. e Cavalcanti,

Trata-se de fluxos consideráveis de usuários que, expulsos de regiões em que se inicia o processo de “pacificação”, refazem suas rotinas e retomam os esforços territorializantes associados à prática constante do uso da droga em novos espaços. A própria itinerância dessas territorialidades acaba por produzir naqueles que antes se encontravam nesses locais a sensação de que as cracolândias brotam rápida e espontaneamente em espaços intersticiais, quando o que se observa, no caso carioca, são deslocamentos de práticas, agentes, rotinas e sociabilidades ancoradas no uso do crack, para além das regiões em que vigora a política de “pacificação”.³

No caso da Maré, esse movimento se torna mais evidente após a instalação, em outubro de 2012, das UPPs de Manguinhos e Jacarezinho, abrangendo a área onde na época se situava a maior “cracolândia” do Rio de Janeiro. É quando ocorre considerável migração de usuários de crack dessa área para as margens da Avenida Brasil, na vizinhança do Parque União, pertencente ao conjunto de favelas da Maré, onde se formaria a nova “cena da moda” a partir do final de 2012.⁴

Em contraste com as cenas típicas do Rio, a grande visibilidade desse espaço de consumo, instalado numa das principais vias expressas da cidade, chamou atenção da imprensa e dos moradores, que passaram a clamar das autoridades “soluções” para o problema. Como sublinha Taniele Rui, a aparição no espaço público de “considerável número de indivíduos que com seus corpos, movimentações e ocupações inusitadas se tornam visíveis para a cidade incitam à produção de distintos aparatos de gestão, tratamento e atenção”.⁵ Mas é a tentativa de afastamento da visibilidade pública que parece constituir um dos principais motores das estratégias voltadas às cenas abertas de usuários de crack.

3. FRÚGOLI JR., Heitor; CAVALCANTI, Mariana. Territorialidades da(s) *cracolândia(s)* em São Paulo e no Rio de Janeiro. *Anuário Antropológico 2012*. Brasília, UnB, 2013, v. 38, n.2, p. 76 (disponível em http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas%202012_II/Artigo%20Frugoli%20Jr.%20e%20Cavalcanti.pdf. Último acesso: 20/11/2015).

4. “Cena da moda” é uma expressão ouvida durante o trabalho de campo para designar as “cracolândias” mais em evidência no momento, seja pelo grande número de usuários, seja pela visibilidade pública, seja ainda pela vulnerabilidade mais alta dos moradores, que faz com que os serviços públicos disponíveis, sempre à mingua de recursos e pessoal, “migrem” para atender a esses moradores, reduzindo sua presença nas cenas de consumo mais estabilizadas ou “saídas da moda”.

5. RUI, Taniele Cristina. *Corpos Abjetos: Etnografia em cenários de uso e comércio de crack*. Tese de Doutorado em Antropologia Social. Campinas: IFCH/Unicamp, 2012 (disponível em http://www.neip.info/downloads/Taniele_Rui_Tese.pdf. Último acesso: 20/11/2015).

Assim, no final de 2012, operações de “Choque de Ordem” da Secretaria Municipal de Ordem Pública (Seop) e ações conjuntas com a Comlurb, com apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, procuraram remover as cenas de consumo da Avenida Brasil/Parque União, por meio de recolhimento, internação compulsória ou simples expulsão dos moradores e frequentadores do local em intervenções muitas vezes violentas. Tencionava-se, sobretudo, pôr fim à “desordem urbana” e combater delitos atribuídos à “cracolândia” que vitimizavam pedestres e motoristas na Avenida Brasil. Paralelamente às intervenções coercitivas, porém, surgem nessa área e nas cenas de consumo de crack instituições e serviços de assistência e saúde direcionados à população em situação de rua e usuária de drogas, pautados no cuidado e na garantia de direitos, que vêm completar as ações do *Consultório na Rua* instalado em Manguinhos desde 2011: o projeto *Proximidade*, da SMDS, criado em fevereiro de 2014, e o CAPSad III Miriam Makeba, inaugurado em abril de 2014.⁶

Agentes institucionais ouvidos pela pesquisa estimam em cerca de 500 pessoas o total de moradores e frequentadores da cena Avenida Brasil/Parque União em 2012. As sucessivas intervenções de agentes de segurança pública e a ampla divulgação dessa “cracolândia” despertaram preocupações também em grupos criminosos armados, que, temendo riscos para o controle dos espaços sob sua influência e possíveis prejuízos para o comércio de drogas, “proibiram”, num primeiro momento, a venda e o consumo de crack na favela Parque União.⁷ Mas, a partir de uma negociação entre esses grupos e a Associação de Moradores local, a cena de consumo foi transferida para um espaço delimitado dentro do Parque Maré. Não exatamente “dentro”, pois o local da instalação foi em uma esquina próxima da Avenida Brasil, em área comercial, no limite da residencial. E, de qualquer modo, um “dentro”, instável, na fronteira entre territórios controlados por dois grupos criminosos rivais.

O arranjo encontrado para a permanência da cena na Flávia Farnese ocorreu com a responsabilização da Associação de Moradores do Parque Maré pelo controle e pela assistência aos usuários de crack ali instalados. Ao longo de 2013, os cerca de 500 frequentadores dessa cena de consumo deslocaram-se entre as ruas 7 de Março e Flávia Farnese, na esquina com a 29 de Julho. Tais perambulações explicam-se tanto pelas queixas dos comerciantes, que impediam a permanência dos usuários na 7 de Março durante o dia, quanto pela localização da Flávia Farnese na linha de tiro entre os dois grupos criminosos rivais, com alto risco de confrontos e tiroteios durante a noite. Moradores relatam que, nesse período, desmontavam e remontavam barracos diariamente, permanecendo na Flávia Farnese até o fim do horário comercial e deslocando-se para passar a noite em maior segurança na rua 7 de Março.

Com a entrada das Forças Armadas na Maré, em abril de 2014, reduzem-se consideravelmente os confrontos entre grupos criminosos armados, o que contribui, paradoxalmente, para fixação da cena de consumo e para a sua organização interna. Ao contrário do que vinha ocorrendo nas áreas de instalação de UPPs, a ocupação militar da Maré entre abril de 2014 e maio de 2015 não implicou a remoção da cena de consumo de crack, como de início os usuários temiam. Seja pelo diálogo das associações de moradores locais e da Redes da Maré com o comando das tropas de

6. Ver, mais adiante, a descrição desses projetos e serviços na seção “Políticas de atendimento e cuidado”.

7. Em 11/01/2011, uma foto publicada pelo jornal carioca *O Dia* mostrava uma grande faixa com os dizeres “Aqui na comunidade do Parque União não há mais venda de crack”.

ocupação, seja pelo fato de essa ocupação não ter como objetivo imediato o combate à venda e ao consumo de drogas, mas sim o controle do território para posterior instalação de UPPs, tornou-se possível a permanência dos usuários de crack e sua fixação numa esquina da rua Flávia Farnese. Desde o final de 2014, porém, anunciava-se a saída progressiva do Exército e a inauguração de UPPs no primeiro semestre de 2015. Foi nesse período de grande incerteza quanto ao futuro da cena de consumo da Maré que se desenvolveu a pesquisa aqui relatada, cujas entrevistas e observações captaram fortes apreensões dos usuários com relação à entrada da UPP, baseadas em experiências anteriores de desterritorialização. Essa entrada, no entanto, foi sendo sucessivamente adiada e até o momento da redação deste trabalho (fevereiro de 2016) ainda não se havia concretizado.

O processo de fixação da CCFF deve-se, em suma, à combinação complexa dos seguintes fatores: (a) transferência para uma localização relativamente “invisível” no interior da Maré; (b) “gerência” e mediação da Associação de Moradores do Parque Maré; (c) entrada das Forças Armadas; (d) regulação da cena pelo grupo criminoso armado local. E também a outros aspectos que serão abordados mais adiante, tais como (e) organização da cena em torno de lideranças internas e (f) forte presença de moradores com vínculos prévios com a Maré.

Desde janeiro de 2013, a CCFF vem se constituindo num espaço de consumo fixo, em um perímetro de aproximadamente 80m², onde se abriga um número de pessoas que variou, no período da pesquisa, entre 80 e 100, incluindo moradores e frequentadores regulares. Em julho de 2015, no último levantamento, identificaram-se 83 pessoas, das quais 42 viviam nos 16 barracos existentes, 21 moravam na cena mas não possuíam barraco e 20 frequentavam regularmente o local. Desses 83, 59 responderam à maior parte das perguntas do questionário-entrevista aplicado durante a pesquisa.

PERFIS, VÍNCULOS E TRAJETÓRIAS EM CENA

IDADE, SEXO, ESCOLARIDADE

Os moradores da Flávia Farnese são majoritariamente adultos jovens, com idade média de 31,5 anos. Quase metade situa-se na faixa de 20 a 29 anos e 74% têm de 20 a 39 anos de idade.

Há praticamente paridade quanto ao sexo dos 59 moradores entrevistados: 28 mulheres e 31 homens, o que confirma os resultados de algumas pesquisas sobre o perfil geral dos usuários de cocaína e crack, mas contraria as que apontam forte predominância masculina nas cenas abertas de consumo, como o levantamento nacional da Fiocruz, que calcula em cerca de 79% a proporção de usuários do sexo masculino nesses locais.⁸ Mesmo no conjunto de 107 pessoas que foi possível observar ao longo da pesquisa, incluindo as que não responderam ao questionário, a predominância masculina mostrou-se relativamente pequena: 62 homens, ou 58% do total.

Pretos e pardos estão quase sempre sobrerrepresentados nos grupos e situações de vulnerabilidade socioeconômica, e a cena da Flávia Farnese não foge à regra: 30% de autodeclarados pretos, 53% de pardos, 25% de brancos e 2% de indígenas compõem o perfil racial dos moradores. Baixa escolaridade também caracteriza a população sob análise: 86% dos entrevistados tinham nível educacional inferior a ensino médio completo – proporção bem maior que a verificada no conjunto da população da Maré com 16 anos ou mais de idade (68,2%) e muito maior que a registrada no conjunto da população carioca com 15 anos ou mais (47,8%).⁹ Quase metade dos moradores da CCFF (46%) não havia sequer completado o ensino fundamental, enquanto essa parcela era de 28,1% na população total da cidade com 15 anos ou mais, segundo o Censo Demográfico de 2010.

LAÇOS FAMILIARES

No que se refere à situação conjugal, 61% dos entrevistados declararam-se solteiros; 23 pessoas disseram “viver com casado” ou “estar casado” e, destes, apenas um afirmou que o cônjuge não vivia na CCFF. A equipe de campo identificou 12 casais que permaneceram estáveis ao longo da pesquisa; todos eles tinham se conhecido em cenas de consumo anteriores ou na própria Flávia Farnese. Dos 59 entrevistados, 47 disseram ter filhos, sendo a média de dois filhos por morador(a). Dos que tinham filhos, 32 disseram manter algum tipo de relação com eles, mas só em um caso o filho também morava na CCFF. Filhos menores de idade quase sempre moram com membros próximos da família, especialmente com tias ou avós. Além dos filhos, outro vínculo familiar importante que 22 entrevistados declararam foi o que mantinham com suas mães.

A grande maioria dos moradores ouvidos mais sistematicamente pela pesquisa – 55 em 59 – não rompera completamente os vínculos familiares e declarou ter visitado ou entrado em contato com membro(s) da família durante o período do levantamento. Para alguns, a casa de parentes próximos é um possível lugar de retorno ainda que esse retorno, na maior parte dos casos, não seja desprovido de tensões e conflitos.

8. BASTOS, Francisco Inácio; BERTONI, Neilane (orgs.) *Pesquisa Nacional sobre o uso de crack: Quem são os usuários de crack e/ou similares do Brasil? Quantos são nas capitais brasileiras?* Rio de Janeiro: Editora ICICT/Fiocruz, 2014, p. 48 (disponível em <http://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/Pesquisa%20Nacional%20sobre%20o%20Uso%20de%20Crack.pdf>. Último acesso: 20/11/2015).

9. O percentual relativo à Maré foi obtido de dados preliminares do Censo Maré 2015; o da população carioca é do Censo Demográfico 2010, do IBGE.

Os moradores costumam referir-se a estadias temporárias em casa como “spa familiar”, aonde vão para “dar um alívio” ao corpo, “recuperar forças” e “engordar”. Isso contraria o estereótipo do “cracudo” – ou, mais genericamente, da pessoa em situação de rua – como alguém que rompeu ou perdeu todos os seus vínculos afetivos e sociais. Ademais, os casos de usuários que recorrem ao “spa familiar” indicam certa preocupação com a saúde e com o controle sobre o consumo de drogas.

Não se pode minimizar, por outro lado, a complexidade das relações familiares marcadas por longos períodos de afastamento e violência, como exemplifica o caso de Vivian,¹⁰ 21 anos de idade, moradora de rua desde os sete, quando fugiu dos sucessivos castigos físicos da mãe. Na época da pesquisa, a mãe cuidava do filho de Vivian, as duas se comunicavam regularmente por telefone e Vivian eventualmente buscava abrigo em casa, mas, como a equipe de campo pôde presenciar uma vez, essas “idas e vindas” eram alvo de ásperas reclamações por parte da mãe, d. Maria, que, além do neto, cuidava de mais oito filhos. Outro tipo de tensão, responsável pela curta duração dos “spas”, é ilustrado por Zélia, quando relata: “assim que eu chego lá [na casa da irmã], todo mundo me abraça e me beija, mas depois começam as cobranças, querem que eu pare de usar [crack], comece a trabalhar, aí prefiro voltar pra a rua”.

Entre os moradores que têm familiares na Maré, observamos uma frequência grande, muitas vezes diária, de retorno à casa desses familiares para comer, descansar e satisfazer necessidades básicas. É o caso de Eduarda, que, mesmo possuindo um barraco no local, vai todos os dias de manhã à casa da mãe para dormir, tomar banho e se alimentar, retornando à casa de consumo no final da tarde. Esses exemplos revelam, de um lado, a manutenção de importantes vínculos e, por outro, uma grande ambivalência, constituindo-se a família ao mesmo tempo em espaço de cuidado e conflito: recuo e refúgio possível, mas também motivo para a permanência na rua.

Já para aqueles que não conseguem manter esses vínculos, a autorreprovação e a vergonha podem ser fatores de peso, como na fala de Reginaldo:

Nem lembro a última vez que fui em casa, sinto saudade do meu filho. Minha família sabe que estou aqui, já vieram me buscar, mas a vergonha de ser o que sou não me permite voltar. Tenho vergonha e decepção de mim mesmo, de tentar e não conseguir. Pra eu voltar pra casa tenho que voltar a ser uma pessoa ‘normal’, sem o vício do crack. Preciso só de uma oportunidade, tirar meus documentos de novo e um trabalho. Só vou sair daqui quando eu tiver condições de me sustentar. [...] Não quero voltar pra minha família na situação em que me encontro. Eles não merecem.

Essa reprovação moral também pode atingir os familiares, como expressa a mãe de um dos moradores da cena:

É muito cansativo saber que ele está lá e eu ter que recebê-lo todo dia, mas pior de tudo é que a própria família e os meus vizinhos me julgam por isso.

10. Como já dito, são fictícios todos os nomes de moradores da CCFF mencionados neste artigo.



A TERRITORIALIZAÇÃO DA CENA DE CONSUMO DA RUA FLÁVIA FARNESE RESULTARA NUMA CONSIDERÁVEL ESTABILIDADE DEMOGRÁFICA: A MAIORIA DOS MORADORES ESTAVA NO LOCAL, EM SITUAÇÃO DE RUA, DESDE JANEIRO DE 2013 E CONSTITUÍA UM NÚCLEO AUTODENOMINADO 'FUNDADORES DA CRACOLÂNDIA'”

ORIGENS E FLUTUAÇÕES

Na quase totalidade, os moradores da CCFF provêm de bairros populares ou favelas na região metropolitana do Rio de Janeiro: 52 dos 59 entrevistados citaram as zonas Norte e Oeste da cidade ou a Baixada Fluminense como áreas onde foram criados. Desses, 22 mencionaram a Maré como lugar de criação, ou seja, uma proporção significativa (37,2%) das pessoas ouvidas eram moradores da Maré antes de se tornarem moradores da cena de consumo. Esse é mais um dado que contraria o imaginário social sobre os “cracudos” como seres totalmente estrangeiros aos espaços nos quais se estabelecem. E que também possibilita repensar estratégias de atendimento a essa população por parte tanto dos moradores da Maré quanto dos atores institucionais que operam no território.

A grande maioria dos entrevistados já passara por outras cenas (quatro, em média), via de regra localizadas na Zona Norte da cidade. Muitos usuários já se conheciam de cenas anteriores e em vários casos haviam estabelecido vínculos e afinidades designados por “família de rua”.

As principais razões apresentadas para a escolha da CCFF foram as relações afetivas e familiares ali estabelecidas; o grau de violência menor e a tranquilidade maior, em comparação com as cenas de consumo ou outros locais de moradia anteriores, e o vínculo prévio com a Maré. A facilidade de obtenção e/ou a qualidade da droga aparece em quarto lugar entre tais motivos – mais uma vez na contramão do estereótipo dos “zumbis” movidos unicamente pelo desejo do crack. Esse espaço, como o de muitas outras ‘cracolândias’, é de uma comunidade que se organiza em torno do uso do crack, mas também a partir de relações afetivas, sociabilidades, vivências e convivência.

Embora não haja correlação direta entre usar crack e morar na rua, os estudos que focalizam cenas abertas têm muita chance de encontrar uma combinação entre consumo abusivo de drogas e situação de rua, isto é, de encontrar pessoas que passam a maior parte do tempo nessa situação, seja de forma permanente, temporária ou intermitente. Com efeito, na pesquisa sobre a cena da Flávia Farnese, apenas quatro pessoas disseram não estar em situação de rua no momento da entrevista. Dos 59 entrevistados, 76% encontravam-se nessa situação havia pelo menos um ano, sendo que cerca de 1/3 do total tinham pelo menos seis anos de moradia na rua.

Um fato curioso – que novamente contraria estereótipos e clichês – é a presença do que poderia ser chamado “direito de propriedade” ou “direito à moradia” em relação aos barracos existentes na cena. Não obstante houvesse um fluxo de moradores que iam e vinham ou que eram expulsos e não voltavam, de novos moradores e de frequentadores regulares e irregulares, a territorialização da cena de consumo da rua Flávia Farnese resultara numa considerável estabilidade demográfica: a maioria dos moradores estava no local, em situação de rua, desde janeiro de 2013 e constituía um núcleo autodenominado “fundadores da cracolândia”. Por terem participado de um modo ou de outro das “lutas” para permanecer ali e para obter melhorias no espaço, desfrutariam conseqüentemente de certos direitos e privilégios. Entre eles, a precedência na obtenção do barraco – uma prerrogativa que, como se verá a seguir, não afeta somente as condições de moradia, mas também as possibilidades de renda.

FONTES DE RENDA

A pesquisa não tentou determinar a renda dos entrevistados, tarefa muito difícil em cenários que envolvem atividades ilegais, mas procurou entender de que modos eles satisfaziam necessidades como alimentação, vestimenta e o próprio consumo de drogas. Combinando respostas a diferentes perguntas do questionário, obtiveram-se os seguintes resultados:

- 31 dos 59 entrevistados afirmaram exercer alguma atividade remunerada e 28, não.
- Dos 31 com atividade remunerada, 17 mencionaram trabalhos informais e esporádicos (como “garimpo”, flanelinha, consertos e vendas), 12 mulheres citaram prostituição e dois entrevistados reportaram atividades ilegais, como roubo, furto e venda de drogas como forma principal de obtenção de renda.
- Para dez moradores, a fonte principal de receita deriva da posse de um barraco onde se podem vender produtos, especialmente água e cigarros, e que pode ser alugado temporariamente para visitantes.
- Oito entrevistados declararam ter sua principal fonte de renda como pequeno intermediário ou “olheiro” do tráfico de drogas na CCFE.
- Sete moradores disseram depender essencialmente de uma rede de apoio familiar ou institucional e dois afirmaram que sua renda provinha sobretudo de aposentadorias.

Com todas as ressalvas necessárias ao tratamento de respostas que envolvem admissão de atividades ilegais, muito frequentemente subnotificadas, cabe sublinhar o fato de um número considerável de moradores recorrer a trabalhos lícitos, embora informais, para obter renda. No mínimo, isso relativiza o suposto de que, premido pela “motivação econômica”, o usuário de drogas não teria outra escolha senão o caminho do crime; em outras palavras, de que a violência derivaria diretamente do uso de drogas. Não se quer dizer com isso que moradores da CCFE não pratiquem atividades ilegais e até violentas para obter dinheiro, mas sim que, mesmo numa população extremamente vulnerável e marginalizada como são os usuários de crack em situação de rua, esse não é o único e muitas vezes está longe de ser o principal meio de financiar a droga e outras necessidades do dia a dia.

Importa ressaltar a alta parcela de mulheres que diz fazer da prostituição sua fonte mais importante de renda: 12 das 29 ouvidas pela pesquisa – dado que reforça a importância de uma abordagem específica de gênero no atendimento a esse tipo de população. Também ressalta no universo estudado uma forma peculiar de satisfazer às necessidades, que é o uso comercial ou “leasing” do espaço interno dos barracos, no qual se vendem produtos como copos plásticos descartáveis (recipientes para uso de crack), cigarros avulsos ou cachaça, e que também pode ser alugado a visitantes que buscam privacidade para usar drogas ou fazer sexo. Tais visitantes geralmente residem ou trabalham na Maré e identificam a cena de consumo como área livre para esses fins, dispondo-se a pagar pelo uso temporário dos barracos seja em dinheiro ou em presentes como drogas, roupas e eletrodomésticos.



A PRIMEIRA
DROGA ILÍCITA
FOI CONSUMIDA,
EM MÉDIA,
AOS 16 ANOS
E PRIMEIRO
CONSUMO
DE CRACK
OCORREU
AOS 21”

Observou-se de modo geral que, para satisfazer “necessidades lícitas” – alimentação, vestimenta e outras – os entrevistados declaravam com mais frequência fontes de renda lícitas, por exemplo, doações, empréstimos e trabalhos informais, enquanto para a aquisição de drogas mencionava-se mais frequentemente o recurso a atividades ilegais (tráfico, roubos, furtos) ou legais mas socialmente estigmatizadas, como a prostituição. Um mesmo indivíduo pode, assim, combinar diferentes formas de obtenção de dinheiro ou produtos. A única característica uniforme – salvo para os poucos moradores que recebem aposentadoria – é a ausência de fontes de renda oriundas de inserção no mercado formal de trabalho.

PADRÕES DE USO DA DROGA

Na maioria, os moradores da CCFF são poliusuários, isto é, consomem não só crack como outras drogas: loló,¹¹ maconha e cocaína figuram entre as mais frequentes. Doze dos 59 entrevistados declararam usar somente crack. Apenas duas pessoas declaram não usar crack; outras duas disseram nunca consumir crack puro, mas somente na forma de “zirrê” (misturado com maconha), e cinco afirmaram que o crack não era a droga que usavam com mais frequência.

O tempo médio de uso de drogas (ilícitas) é de 15 anos e meio. Na faixa etária majoritária, 20 a 29 anos de idade, o tempo médio é de 10,3 anos.¹² A primeira droga ilícita foi consumida, em média, aos 16 anos e primeiro consumo de crack ocorreu aos 21. Nota-se, assim, que há um tempo bastante longo entre o consumo da primeira substância proibida – na maioria dos casos maconha, thinner ou cola – e o primeiro uso de crack. Mas quando se focaliza a faixa etária mais frequente e excluem-se os moradores que tinham menos de 16 anos em 2000, momento em que o crack teria feito sua aparição no mercado do Rio de Janeiro, o tempo de transição cai para cerca de dois anos. Isso coincide com o relato de profissionais do CAPSad, que dizem ter observado um tempo médio de dois anos entre a primeira experiência com substâncias ilícitas e o que denominam “uso descontrolado” de drogas.

A pesquisa realizada na CCFF não buscou analisar os motivos nem quantificar o consumo, mas apenas saber dos próprios entrevistados como avaliavam o seu uso de drogas: pouco mais da metade (54%) disse consumi-las todos os dias, alguns sempre na mesma quantidade (19%) e outros, em quantidades variáveis (35%). Dos que disseram não fazer uso diário das substâncias, 27% classificaram seu consumo como “controlado” e 19%, como “descontrolado”.

Tais categorias, subjetivas, possivelmente não convergem com avaliações baseadas apenas em volume e frequência do consumo. Por exemplo, quando Joana diz sorrindo que “usa drogas para dormir e acorda para usar drogas” pode suscitar uma ideia de “descontrole”; observou-se, entretanto, que, para a maioria dos usuários da CCFF, o consumo intensivo e diário não exclui o conhecimento individual sobre efeito e quantidade das diferentes substâncias, a partir do qual são escolhidas as formas de uso, seja para intensificar ou reduzir sensações, seja para desfazer efeitos de outras drogas. É o que exemplifica Rafaela:

11. Substância inalante manufaturada com solventes químicos, benzina, éter e essências aromáticas.

12. A pergunta sobre o uso da primeira substância foi aberta e não apresentou uma relação prévia de drogas lícitas ou ilícitas. Pela quase ausência do álcool nas respostas dos entrevistados, infere-se que a grande maioria interpretou a pergunta como dirigida apenas ao uso de substâncias ilícitas.

- uso crack mas não deixei de fumar maconha pura, porque se eu não fumasse a maconha pura, eu acho que seria a pior das piores, das piores cracudas. Não seria como sou hoje.
- Por isso que hoje em dia eu fumo a maconha. Me desconcentra um pouquinho e me faz perder um pouco a noção de querer fumar o crack.

A noção de consumo “controlado” traduz-se não só em domínio sobre a quantidade e os efeitos, mas também na passagem de períodos “sem drogas” ou com “menos drogas”. Dos 59 entrevistados, 49 disseram já ter tentado parar ou diminuir o consumo; entre eles, 27 afirmaram ter recorrido a algum tipo de tratamento e 32, ter tentado “por conta própria” ou com ajuda da família. Como já se mencionou, laços familiares interferem diretamente no cuidado de si e no padrão de consumo de droga. Reginaldo, por exemplo, relata uma mudança recente no seu padrão de uso do crack, associada à preocupação com a saúde e ao medo da morte:

- Não fumo mais como antes. Hoje, desde que eu acordei (às 8 hs) até agora (16 hs) só fumei uma pedra. Eu fumava toda hora, nem que fosse uma pedra de cinco reais. Por dia eu chegava a fumar quatro pedras de vinte reais, cinco de dez reais, as de cinco reais eu nem lembro quantas. Eu gastava, em média, mais de 150 reais por dia. Comecei a diminuir já tem uns cinco meses por causa da pneumonia. Eu não sabia que estava doente e mesmo assim continuei a fumar até que fui ao médico e ele disse o que eu tinha. Minha família da cracolândia me ajudou. Eles me negavam a droga e eu sabia que era pro meu bem, mas a vontade era grande. Estou tomando os remédios e te digo uma coisa, tenho medo de morrer, já até sonhei com isso. Acho que se eu voltar a fumar como antes, eu morro. Sou um homem de um metro e 75 e antes do crack eu pesava 64 quilos, hoje estou com 56, mas já pesei 49.

O DIA-A-DIA

Na CCFF, a semana começa na sexta-feira, dia de maior atividade, maior consumo e maior número de visitantes. O fim de semana é organizado em torno do baile funk da Rua Teixeira, no Parque Maré, bem próximo da cena de uso de crack da Flávia Farnese. Momento de diversão, mas também de oportunidades de trabalho e renda: muitos moradores da cena se ocupam em atividades relacionadas ao baile, como organização do estacionamento ou coleta de frascos vazios de lança-perfume, que são revendidos a pessoas que comerciam drogas na região. Muitos dizem não dormir de sexta a segunda, empenhados em divertir-se e gerar provisões para o resto da semana.

Essa temporalidade afeta, entre outras coisas, o atendimento das diferentes instituições de saúde: profissionais do CAPSad, por exemplo, percebem mais movimento de sexta a domingo, com a demanda de pacientes que “procuram evitar as tentações do fim de semana”; já os do Consultório na Rua dizem que o movimento cai na quinta e na sexta-feira, intensificando-se de segunda a quarta, quando pacientes os procuram para “compensar excessos do fim de semana”. Outro impacto do ritmo de vida dos usuários é sobre os horários de atendimento: de modo geral, os moradores da CCFF não acordam antes das 11 hs da manhã, justamente o período em que os profissionais de saúde e assistência social costumam passar na cena, encontrando-os muitas vezes recém-acordados, mergulhados no sono ou ainda “virados” da noite anterior.

Ao meio-dia, vários moradores almoçam no Restaurante Popular ou compram quentinhas. À tarde geralmente saem da cena para satisfazer necessidades e vontades individuais: trabalhar, comer, visitar a família, ir a uma consulta médica, passear, comprar drogas, obter produtos para venda, “fazer um ganho”. Quando estão na cena de consumo, ficam dentro dos barracos ou na frente deles. Conversam, ouvem música em rádios portáteis, jogam cartas, descansam ou assistem à televisão. No fim da tarde, o movimento se intensifica com a chegada de frequentadores e visitantes.

Nota-se certa imobilidade espacial dentro da cena de consumo, como se cada pessoa tivesse um lugar delimitado: ao chegar ao local, a equipe de pesquisa quase sempre encontrava as mesmas pessoas ocupando os mesmos lugares. Essa imobilidade tem relação com a propriedade de um barraco, com afinidades entre grupos e “famílias de rua”, e com as relações de poder ali estabelecidas. É particularmente visível no caso dos donos de barracos, que não costumam sair da cena com medo de que seus pertences e mercadorias sejam roubados – insegurança que torna esse segmento mais resistente a envolver-se em atividades externas à CCFF.



LONGE DO SENSO
COMUM QUE
ENXERGA NAS
'CRACOLÂNDIAS'
ESPAÇOS
'SEM LEI',
VIGORA
NA CENA DA
FLÁVIA FARNESE
UM CONJUNTO
BASTANTE RÍGIDO
DE REGRAS,
HIERARQUIAS
DE PODER,
MECANISMOS
DE RESOLUÇÃO
DE CONFLITOS
E CONTROLE
SOCIAL"

OS BARRACOS: PRIVILÉGIO E CONFLITO

A territorialização da cena de consumo da Flávia Farnese materializou-se na construção de barracos desmontáveis, mas estruturados, que testemunham o caráter ao mesmo tempo fixo e provisório da presença no espaço. Espaço, como já dito, limitado e não-extensível: a área autorizada é de aproximadamente 80m² e dentro dela existiam, no período da pesquisa, 16 barracos nos quais viviam 42 pessoas. Esses barracos tinham tamanhos variados, mas geralmente seu interior abrigava uma cama ou um sofá, um local para armazenar pertences, fotos ou outros objetos de decoração e cortinas para proporcionar alguma privacidade. Todos tinham energia elétrica e em alguns havia fogão, TV e aparelho de som.

Moradores “sem teto”, aproximadamente 20 pessoas, dormem na rua, em frente aos barracos ou embaixo de um toldo próximo da esquina onde se situa a CCFF. Como está vedada a expansão dessas construções para além do perímetro delimitado, a configuração tende a se alterar com o tempo: barracos são divididos e seus proprietários redefinidos. Trata-se de um espaço que permite relativa proteção, privacidade, conforto e consolidação da permanência no local, além de possibilitar um meio adicional de renda: só os proprietários de barracos, como já dito anteriormente, podem manter bancas para venda de produtos e alugar espaço a visitantes. Trata-se, em suma, de um bem escasso, cobiçado e disputado – fonte de boa parte dos conflitos entre moradores da cena.

Desde fevereiro de 2015, seis proprietários de barracos foram expulsos da CCFF. Tais episódios geram dois tipos de tensões: um inerente à causa da expulsão e ao afastamento de amigos; outra relativa à alocação do barraco liberado. A pesquisa identificou Jorge, representante da Associação de Moradores, como principal responsável pela distribuição e pela administração da lista de espera. Suas decisões, contudo, não são solitárias nem arbitrárias, mas derivadas de negociação com lideranças internas da cena e com integrantes de grupos criminosos armados que atuam na área. Antiguidade, estado de saúde, incluindo situações de gravidez, tamanho da “família de rua”, proximidade com lideranças e participantes do comércio ilícito de drogas são os principais elementos considerados nessas negociações. Mas há também usuários “históricos” que, mesmo reunindo condições para pleitear moradia fixa, preferem não fazê-lo exatamente para não se verem fixados na condição de “cracudos”. A frase “não pretendo terminar minha vida aqui!”, ouvida algumas vezes durante a pesquisa, distinguia de certo modo os moradores que buscavam permanência na cena, por meio da posse de barracos, dos que a enxergavam apenas como temporária estadia.

“LEIS”, “AUTORIDADES” E CONTROLE SOCIAL

Longe do senso comum que enxerga nas “cracolândias” espaços “sem lei”, vigora na cena da Flávia Farnese um conjunto bastante rígido de regras, hierarquias de poder, mecanismos de resolução de conflitos e controle social. O problema não é a falta de regulação, e sim seu caráter frequentemente ilegal, assentado no uso ou na ameaça de uso da violência.

Antes de mais nada, como em toda área sob domínio de grupos criminosos armados, existem as “leis do tráfico”, que no caso da cena de consumo de crack, adquirem algumas conotações específicas, por vezes ainda mais rígidas que as aplicáveis aos demais habitantes: normas internas e externas que regulam comportamentos, circulação dos usuários, relações com moradores e comerciantes da Maré. Tais regras e as correspondentes punições em caso de transgressão são bem conhecidas pelos usuários da CCFF.

As “leis” locais distinguem transgressões “mais leves”, como não limpar o barraco, das “mais graves”, como roubar e agredir moradores da comunidade. Foram identificadas também três esferas de poder atuantes na resolução de conflitos ou na punição dos que infringem as regras: (a) duas lideranças femininas internas à cena; (b) a Associação de Moradores do Parque Maré e (c) os integrantes de grupos criminosos armados que circulam e atuam nas proximidades da cena. Transgressões consideradas “leves” são geralmente mediadas pelas lideranças internas, com apoio de Jorge, membro da associação e responsável pelo gerenciamento do espaço, enquanto as “mais graves”, sobretudo quando envolvem agressões e violações patrimoniais a moradores da Maré, devem passar obrigatoriamente pelas decisões do grupo criminoso armado. Examinaremos mais detidamente, a seguir, os papéis de cada uma dessas instâncias de poder:

- **Lideranças internas**

Fundadora da CCFF e identificada num primeiro momento como principal liderança local, Joana é quem recebe visitantes, instituições e pesquisadores, e lhes apresenta a “cracolândia”. Foi por meio dela que a equipe iniciou o processo de aproximação. Com 62 anos, Joana é uma das moradoras mais velhas daquele espaço, sendo chamada de “mãe” ou “avó” pelos usuários da cena. Durante a pesquisa foi possível observar a atuação de Joana apartando brigas ou repreendendo quem desrespeitava orientações médicas. Mas havia também outra mulher com função de liderança interna, reconhecida, sobretudo pelos moradores no fundo da cena. Bianca, de 30 anos, trazia um histórico de dez anos em situação de rua e experiência de liderança em cenas de consumo de crack na zona norte do Rio de Janeiro, nas quais sempre fora “apadrinhada” por integrantes do grupo criminoso armado atuante na região, o que ocorria também na Maré durante o período da pesquisa. Apesar de não morar permanentemente na cena, era dona de um barraco, onde acolhia amigos e sua “família de rua”. Bianca funcionava como contato do grupo criminoso armado local, reportando transgressões às regras por ele impostas, mesmo quando mantinha laços afetivos com o autor do chamado “vacilo”. Segundo afirmou, “não tem como proteger quem vacila, quem vacila sabe as consequências, e eu não posso esconder nada da boca, se não sou eu quem me dou mal”.

- **“Gerência dos usuários”: a mediação da Associação dos Moradores**

Importante ativista da AMPM e “gerente da cracolândia”, Jorge tivera papel central, como já se viu, na fixação da cena de consumo na rua Flávia Farnese. Ele não morava na cena, mas frequentava-a diariamente e desempenhava ali o duplo papel de controle/repressão e cuidado/proteção. Era quem exercia não só a mediação



NO TOPO DA
**HIERARQUIA
DE PODER**
EXERCIDA SOBRE
A CENA DE
CONSUMO DA
FLÁVIA FARNESE
ESTÃO MEMBROS
DO GRUPO
CRIMINOSO
ARMADO ATUANTE
NO PARQUE
MARÉ, A QUEM
OS USUÁRIOS SE
REFEREM COMO
“VOZ MAIOR”

entre lideranças internas e o grupo criminoso armado, mas também o diálogo com instituições públicas e ONGs atuantes na CCFF. A grande maioria dos usuários o reconhecia como liderança e foi por intermédio dele que a equipe da pesquisa pôde realizar a aproximação e as atividades com os moradores da cena. Durante o desenvolvimento do projeto, observaram-se algumas mediações realizadas por Jorge em defesa dos usuários.

Evidentemente, a relação de Jorge com os moradores está longe de ser desprovida de tensões e violências. Nela se mesclam reconhecimento, afeto, gracejo, desavenças e conflitos de maior ou menor gravidade. O poder mediador e “protetor” que exerce essa liderança, autodenominada “dono da cracolândia”, baseia-se na confiança de que desfruta junto a diferentes segmentos que convivem na região.

- **A “voz maior”**

No topo da hierarquia de poder exercida sobre a cena de consumo da Flávia Farnese estão membros do grupo criminoso armado atuante no Parque Maré, a quem os usuários se referem como “voz maior”. As manifestações mais expressivas desse poder são o controle espacial da cena e da circulação dos seus moradores. Já se viu que a delimitação do espaço ocupável, a construção de barracos, a circulação dos moradores pela favela e a punição das transgressões “mais graves” são determinadas pelo grupo criminoso armado. Basicamente, os usuários podem circular nas principais ruas comerciais para ir até a “boca de fumo” ou até o Parque União, onde fica outra cena de uso na Maré, mas estão proibidos de entrar nas ruas internas e residenciais, assim como de consumir drogas, permanecer ou dormir em qualquer lugar fora da CCFF.

A desobediência a essas regras geralmente acarreta “corretivos” físicos e/ou expulsão. Observam-se com frequência nos usuários mutilações e cicatrizes que podem ter causas diversas, como atropelamento, brigas e violência policial, mas que provêm, sobretudo, de “corretivos” aplicados pelos grupos criminosos que dominam a área. Funcionam, assim, como marcas-estigmas, ou, na gíria local, “marcas de vacilação”, que inscrevem permanentemente no corpo o sinal do castigo. Alguns moradores da cena fogem antes de receber o “corretivo” para proteger seus corpos, evitar um estigma suplementar ou mesmo escapar da morte. Foi o que ocorreu, por exemplo, com Japa, quando um dos carros sob sua vigilância foi arrombado. Temendo ser acusado de roubo, Japa fugiu e passou desde então a morar embaixo de um viaduto na Avenida Brasil: “Moro há 30 anos na rua e nunca tive marca de vacilação, não vai ser agora, depois de velho, que vou ter”. Outro caso foi o de Nélio, que preferiu refugiar-se numa viatura da Polícia Militar na entrada da Maré a enfrentar punições do grupo criminoso armado, após uma briga violenta com outro morador da CCFF.

Há maior tolerância frente às transgressões cometidas por “crias” da comunidade, independentemente usarem ou não crack, de morarem ou não na cena de consumo. Durante seis meses, a equipe da pesquisa observou consequências de transgressões submetidas ao julgamento do grupo criminoso armado: 12 expulsões e 13 “corretivos”, sendo o mais grave deles o esfaqueamento de um morador da cena acusado de ter roubado um morador da Maré. A frequência dos castigos – em média um por semana – denota não só a regularidade das transgressões como o alto nível de violência a que está exposta a população da cena de uso de crack no Parque Maré.

Ora autores, ora vítimas, os usuários da CCFF mostram o quanto é complexa a relação entre drogas e violência. Mas, não há dúvida, como ressaltam Minayo e Deslandes, de que “o mais consistente e predizível vínculo entre violência e drogas se encontra no fenômeno do tráfico de drogas ilegais”, que faz da violência o principal meio para disciplinar o mercado e seus atores: “na medida em que não há recursos legais para dirimir as disputas, a violência ou ameaça de violência são mecanismos para reforçar as regras sociais de troca no mercado ilícito”.¹³

A ingerência do tráfico armado, que já se exerce de vários modos sobre toda a população da favela, é fortemente exacerbada no caso da CCFF, cujos moradores conjugam situação de rua e uso abusivo de drogas. Primeiro, por ser um espaço definido pelo consumo de drogas e atividades ilegais, ilícitas ou criminalizáveis; segundo, pela particular dificuldade dessa população de recorrer a qualquer das instâncias legais que, em outros casos, podem mitigar ou contrabalançar o poderio dos grupos criminosos armados: família, igrejas e órgãos públicos, especialmente Polícia e Judiciário. O duplo papel do grupo criminoso local em relação à cena de consumo – proteção e garantia de fixação; repressão e violência – gera sentimentos ambíguos nos moradores: apenas cinco entrevistados admitiram ter relações “ruins” com os membros desse grupo, ainda que 19 dissessem já ter sofrido algum tipo de violência por parte deles; 40 afirmaram que a relação era “boa” e 13 a classificaram como “razoável”. Pode-se dizer que há tolerância dos usuários à regulação violenta, por entenderem que ela garante, seja o respeito a regras de convivência, seja a permanência da cena de consumo naquele local.

REPERTÓRIO DE VIOLÊNCIAS E VISÕES DA SEGURANÇA PÚBLICA

Dos 59 usuários ouvidos pela pesquisa, só 17 disseram nunca ter sofrido nenhum dos tipos de violência previstos no questionário desde que passaram a morar na CCFF. Os outros 42 relataram 84 episódios, dois por pessoa, em média: 14 mulheres e 12 homens reportaram violência conjugal; 10 mulheres e 16 homens relataram violência policial; sete mulheres e 12 homens, violência do grupo criminoso armado; 12 mulheres e um homem, violência sexual. Como em outros contextos, homens estão mais expostos a certos tipos de violência e mulheres a outros. O que é atípico neste caso é o relativo equilíbrio do número de homens e mulheres vítimas de violência conjugal. Esse tipo de agressão raramente se torna objeto de intervenções: muito embora sejam “proibidas” brigas dentro da cena, as que se passam entre marido e mulher não costumam ser apartadas ou mediadas internamente, nem tampouco levadas às instâncias externas de regulação.

Considerando ainda que as agressões perpetradas pelos grupos criminosos não admitem “recurso” a nenhuma instância superior e que é muito pouco provável que usuários de drogas em situação de rua encontrem abrigo na justiça formal quando agredidos pela polícia, conclui-se que mais da metade (45 em 84) das violências relatadas pelos moradores estão fora de qualquer possibilidade de reivindicação de justiça. Na maior parte dos casos, essa reivindicação não chega sequer a ser formulada: apenas 10 das 42 pessoas que disseram ter sofrido violência queixaram-se

13. MINAYO, Maria Cecília; Deslandes, Suely Ferreira. A complexidade das relações entre drogas, álcool e violência”. *Cadernos de Saúde Pública*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, jan-mar, 1998, p. 38 (disponível em <http://www.scielo.org/pdf/csp/v14n1/0123.pdf>. Último acesso: 20/11/2015).

ou recorreram a alguém – tráfico, associação de moradores, instituições de saúde – em busca de reparação. Grande parcela das agressões vividas pelos moradores da cena escapa, portanto, aos mecanismos locais de regulação de conflitos.

Mesmo assim, quando perguntados se se sentiam seguros na CCFF, 38 dos 59 entrevistados responderam que sim, sendo maior a proporção de mulheres (75%) do que de homens (54,8%) que disseram sentir-se seguros(as). Indagados qual seria o lugar onde se sentiriam *mais* seguros do que na cena, a maioria tanto de homens quanto de mulheres mencionou a casa de familiares.

Como já dito, pessoas com as características dos moradores da CCFF têm pouca chance de obter proteção de instâncias formais – salvo daquelas especificamente direcionadas ao atendimento de públicos vulneráveis, quase sempre nas áreas de saúde e assistência social. Da segurança pública, particularmente, os segmentos marginalizados e estigmatizados via de regra têm pouco a esperar além de repressão, violência, desrespeito e violação de direitos humanos. Entretanto, as avaliações sobre o Exército e a Polícia Militar reportadas por usuários da Flávia Farnese expressam em grande medida a situação peculiar vivida pela cena de consumo no momento da pesquisa, com a ocupação militar na Maré e a expectativa da entrada próxima da UPP.

A relação tanto com as forças armadas como com a PM é majoritariamente avaliada como “ruim”, mas o Exército recebe mais juízos positivos do que a Polícia: sete pessoas classificaram a relação com o primeiro como “boa” e 15 como “razoável”, enquanto só dois respondentes avaliaram a relação com a PM como “boa” e dez, como “razoável”. Tudo indica que pesaram nessas avaliações, por um lado, a percepção de que a estabilidade da CCFF deveu-se indiretamente à ocupação militar – que, além de reduzir os tiroteios e a ingerência dos grupos criminosos armados na área, não implicou expulsão dos usuários de crack – e, por outro, às experiências prévias de repressão violenta e desterritorialização vivenciadas em áreas de implantação de UPPs.

Isso é confirmado pelas respostas a perguntas sobre o grau de segurança antes e depois da ocupação militar e sobre as expectativas quanto à possível chegada da UPP: enquanto 27 entrevistados disseram que a chegada do Exército aumentara a segurança da CCFF, 32 responderam que a entrada da UPP iria piorar a situação, tornando a vida menos segura para os usuários da cena. Vinte entrevistados acreditavam que a UPP os expulsaria de lá e 22 disseram não saber o que aconteceria. Em abril de 2015, às vésperas da saída do Exército, era visível o crescimento nos moradores da ansiedade, do medo e da incerteza quanto à possibilidade de perderem aquele espaço. A avaliação ligeiramente melhor atribuída ao Exército não se traduzia, contudo, em qualquer tipo de interação com os militares, jocosamente apelidados de “periquitos”, nem em crença na eficácia da ocupação. O que se observou durante a pesquisa foi apenas uma adesão ritualizada ao “acordo de cavalheiros” responsável pela permanência da CCFF: quando os militares se aproximavam, precedidos pelo barulho de fogos (utilizados nas favelas para avisar da presença de forças de segurança), uma das lideranças atravessava toda cena gritando “lá vêm os



VALE A PENA
SUBLINHAR A
FORTE RELAÇÃO
ENTRE A **AGENDA
DA SEGURANÇA
PÚBLICA** NO RIO
DE JANEIRO E A
TERRITORIALIDADE
OU ITINERÂNCIA
DAS CENAS
ABERTAS DE
CONSUMO
DE DROGAS,
QUE REFORÇA
O **CARÁTER
PROVISÓRIO E
PRECÁRIO** DESSES
AMBIENTES”

homens!”. Copos de crack eram escondidos, usuários entravam nos barracos, desligavam-se os rádios, as conversas cessavam e o espaço permanecia em completo silêncio. Tão logo os “periquitos” terminavam de passar, tudo voltava ao normal. “Eles respeitam a gente, então a gente tem que respeitar eles” – foi a explicação de uma liderança interna para esse curioso comportamento.

Em maio, conforme previsto, o Exército retirou-se da Maré, mas a implantação da UPP foi adiada não se sabe para quando. Embora se propague oficialmente que o Complexo da Maré está “ocupado” pela Polícia Militar, isso não corresponde à realidade: grupos criminosos armados voltaram a realizar livremente o comércio de drogas, a expor armas pelas favelas e a impor abertamente suas “leis”, enquanto a PM apenas ocupa as principais entradas e realiza suas tradicionais incursões pontuais e frequentemente truculentas. Mas, apesar disso, no final da pesquisa de campo, após a tensão máxima gerada pela saída das Forças Armadas, parece ter diminuído o receio imediato de expulsão dos moradores da cena da Flávia Farnese.

Vale a pena sublinhar novamente a forte relação entre a agenda da segurança pública no Rio de Janeiro e a territorialidade ou itinerância das cenas abertas de consumo de drogas, que reforça o caráter provisório e precário desses ambientes. No caso da Maré, a indefinição quanto aos próximos passos da agenda produz forte instabilidade não só nas vidas e nas expectativas dos moradores, mas, como se verá, também no trabalho de profissionais que buscam consolidar práticas de atenção e cuidado baseadas na garantia de direitos a essa população.

DEMANDAS E DESEJOS

MELHORAR DE VIDA

Um dos objetivos centrais do projeto de aproximação à CCFF foi o de conhecer os desejos e aspirações dos seus moradores – vistos geralmente como “zumbis” sem individualidade e sem capacidade alguma de discernimento ou controle sobre a própria vida. Quem se dispõe a ouvi-los nota que muitos dos seus desejos são semelhantes aos da maior parte dos brasileiros: oportunidades, respeito, moradia, emprego, saúde, melhor relação com a família. Mas, evidentemente, há aspirações específicas como a de suspender ou diminuir o uso de drogas e há também uma dificuldade especial, própria de populações marcadas por fortes privações sociais e existenciais, de formular necessidades e demandas, pois isso pressupõe o reconhecimento de direitos e de interlocutores a quem reivindicá-los, assim como a possibilidade de projetar-se no futuro e a disponibilidade de recursos pessoais e sociais:

- Todos nós que estamos vivendo essa vida aqui pensamos em parar..., mas faltam coisas.
- Não é ajuda de ninguém não. Vem de nós mesmos, é o que vivemos no passado, nossas vidas, muitos não sabem a trajetória das nossas vidas. Cada um tem uma historia diferente, cada um passou por situações diferentes. Ninguém está aqui porque gosta de drogas não. Mas devido às circunstâncias nas quais crescemos, fomos criados e demos isso aí, é desde criança na rua. (entrevista com Japa)

“Coisas que faltam” e “o que vivemos no passado” traduzem a ausência de condições para alguém se reconhecer como sujeito de direitos e demandas, ser capaz de reinventar-se e traçar novos horizontes. Essa “âncora” fincada numa longa trajetória de situação de rua, em privações objetivas e subjetivas, no uso abusivo de drogas, em violências sofridas e perpetradas – com o reforço do estigma e da rejeição social – configura sem dúvida o alvo mais importante de qualquer atuação junto a populações como a da cena de consumo da Flávia Farnese.

À pergunta sobre “as três principais coisas de que você sente necessidade para viver”, as respostas mais frequentes foram vínculos familiares e sociais (33), saúde (23), moradia (21) e emprego (21). Quando indagados sobre o desejo de permanecer ou não na cena, 28 disseram que queriam ficar e 23, que prefeririam sair. Dos 59 entrevistados, apenas 11 afirmaram estar satisfeitos com a qualidade de vida atual; 16 disseram não estar nem satisfeitos nem insatisfeitos e 32 disseram-se insatisfeitos. Mas, quando perguntados especificamente sobre as condições de vida na CCFF, o grau de insatisfação foi menor: 19 se disseram satisfeitos; outros 19, nem satisfeitos nem insatisfeitos e 21 afirmaram-se insatisfeitos.

Nota-se, assim, que, não obstante os enormes problemas, conflitos e privações, existe certo apego dos moradores ao espaço de moradia e uma sensação de pertencimento ao local. Mais do que uma comunidade organizada em torno do uso de drogas, a cena é para muitos o principal, quando não o único, espaço de sociabilidade, de referência e de proteção:

- É bom que as pessoas saibam que aqui na cracolândia, apesar dos problemas, vivemos como família para conseguirmos sobreviver. A gente briga e se entende e eu acabo permanecendo aqui também por causa disso [...] Não quero sair daqui sem ter para onde ir. Pelo menos aqui eu sei que tenho um chão pra dormir, aqui ninguém vai me matar de boeira. (entrevista com Reginaldo).

Os vínculos de afeto e proteção são o motivo mais citado para justificar a permanência nesse espaço. Mas as relações interpessoais também aparecem nas respostas dos entrevistados como o pior aspecto da vida na CCFF. Se, por um lado, a estabilização do grupo e a convivência por longo tempo geram uma sensação de bem-estar e proteção, suscitam, por outro, insatisfações relacionadas aos inúmeros conflitos cotidianos entre moradores. Assim, junto com demandas de melhoria do ambiente físico – ampliação do espaço da cena, aumento do número e melhoria da estrutura dos barracos, fornecimento de água e banheiros, limpeza etc. – aparecem reivindicações de “paz”, com a presença de lideranças efetivamente capazes de reduzir os conflitos internos. Como disse Valéria, “a cracolândia podia ser mais unida, mesmo se a gente não está vivendo em casa”. Ou no depoimento de Japa:

- Amigos? Amigos mesmo? Não. Vocês, que estou conhecendo agora, falo que é amigo, saíram da casa de vocês, vieram até aqui, me dando um minuto de atenção de vocês, eu explicando minha situação para vocês. Vocês são meus amigos, vocês não vão fazer maldade contra minha pessoa. Agora com quem eu convivo no submundo das drogas eu não posso chamar de amigo não. Cada um deles pode me dar uma facada, pode me levar para a morte. É doido, doido, doido.

Aliadas ao apoio da família, oportunidades de emprego e de capacitação são vistas como cruciais por 21 moradores para possibilitar o que chamam de “reestruturação” pessoal, isto é, a saída da cena, a suspensão ou diminuição do uso de drogas e a inserção em outros espaços de sociabilidade. Alguns consideram, porém, que mais importante seria a oferta de atividades para “ocupar a mente”, ficar mais tempo fora da cena e amenizar o tédio (sono, preguiça e tédio são frequentemente mencionados como disposições predominantes nos moradores da CCFF).

Como já dito, o objetivo do projeto de aproximação a essa cena de consumo, ademais de produzir conhecimento, foi experimentar intervenções que atendessem a demandas formuladas pela população local e propusessem outros espaços de sociabilidade não organizados em torno do uso de drogas. Desenvolveram-se, assim, durante os seis meses da pesquisa, diversas atividades de lazer e experimentação artística, tais como: (a) encontros fotográficos de pinhole com a fotógrafa Tatiana Altberg, que resultaram na exposição-varal *Flavia Farnese: Anotações de uma aproximação*, realizada na própria cena de uso e no Centro de Artes da Maré; (b) um cineclube que exibia quinzenalmente na CCFF filmes propostos pelos moradores ou pela equipe da Escola de Cinema Olhares da Maré; (c) a realização do curta-metragem *Cena*, com entrevistas filmadas documentando o processo de aproximação entre a equipe de campo e os moradores; (d) saídas para conferências e espetáculos; (e) incentivos para que moradores participassem das oficinas e da programação do Centro de Artes da Maré; (f) rodas de capoeira; (g) mobilização da rede de parceiros



SEMPRE ME
PERGUNTAM PARA
CONTAR MINHA
VIDA, MINHA
HISTORIA FAMILIAR,
ME DÃO COMIDA
E REMÉDIO.
NINGUÉM ME
PERGUNTA
O QUE EU QUERO
PARA O FUTURO”

para inserir moradores em cursos profissionalizantes oferecidos por organização locais, como o “Gambiarra Tech”, ministrado pelo Observatório de Favelas e o de gastronomia do projeto “Maré de Sabores”, coordenado pela Redes da Maré.

Todas essas iniciativas, e, sobretudo, as relacionadas à produção de imagens buscavam também ajudar os usuários no reconhecimento de direitos e na formulação de demandas para além do tripé moradia/renda/saúde. Por contraste, segundo a percepção dos próprios moradores, elas evidenciaram o quanto as atividades e os atendimentos que lhes são normalmente oferecidos privilegiam as trajetórias passadas e as necessidades imediatas do presente, com pouca ênfase em possibilidades e perspectivas futuras. Como diz Diana, “sempre me perguntam para contar minha vida, minha história familiar, me dão comida e remédio. Ninguém me pergunta o que eu quero para o futuro”. Os atendimentos de saúde e assistência social são sem dúvida imprescindíveis, mas a lógica que informa sua prestação termina por reforçar os fatores que dificultam a esses usuários reconhecer-se como sujeitos de direitos, capazes de reinventar-se e desenhar novas trajetórias.

“CRACUDO”: IDENTIDADE E ESTIGMA

Tal como o termo *nigga* (*nigger*), que pode ser usado jocosamente entre os negros norte-americanos, mas é ofensivo quando um branco se dirige a um negro, por evocar uma longa história de preconceito e violência racial, o epíteto *cracudo* é comumente empregado como autoidentificação ou no tratamento entre os usuários da cena, mas rejeitado quando quem o profere não usa a droga, nem pertence ao espaço definido pelo seu consumo. Durante uma exibição do “Cinema no Beco”, por exemplo, um mototaxista que trabalhava nas redondezas disse “hoje tem cinema dos cracudos” e foi prontamente repreendido por uma moradora da CCFF, que esclareceu: “somos cracudos lá dentro [da cena], aqui nós somos usuários”.

A redução da pessoa a um estereótipo – em particular o de “cracudo” – constitui forte obstáculo ao desenvolvimento psíquico e social de sujeitos já marcados por trajetórias de abuso, abandono e violência. É como se a única forma de lidar com o problema do consumo abusivo de drogas fosse congelar os usuários nessa posição, isolá-los e demonizá-los. Só que o estigma, além de causar grande sofrimento aos que o carregam, torna-se, ele mesmo, parte fundamental do problema, ao fechar portas e barrar caminhos que poderiam levar à superação da dependência. Vale atentar, a esse propósito, para algumas falas colhidas na pesquisa:

Eu me chamo Reginaldo Gomes de Arruda, sou um usuário de crack e quero ser chamado pelo nome, não de cracudo [...] As pessoas aqui até receberam a gente bem, mas eles não esquecem que a gente é cracudo. Eles olham para a gente com nojo! [...] O cracudo é o resto do homem, cracudo é a vergonha da comunidade, a vergonha do mundo, ele tem a fama de cracudo mas ele é taxado de mendigo, como ladrão. Ele é taxado como uma pessoa fora do mundo, fora da comunidade, ele é taxado como uma pessoa que ninguém quer, ninguém quer conviver, ninguém aceita. (Reginaldo)

Queria dizer para a população: nós não somos bichos, não somos animal. Nós somos seres humanos também igual a eles. Infelizmente nós estamos nessa, usando nosso crack. Tem uns moradores daqui (da Maré), que vê a gente passando na direção deles, eles trocam até de caminho, pensando que a gente vai roubar ele, nem todo mundo aqui é vagabundo. (Klayton).

Decorre daí a demanda crucial por *respeito*: reconhecimento das *peessoas* por trás dos usuários de drogas e compreensão do que significa efetivamente uma “cracolândia”:

Peço que nos olhem de outra forma, com respeito. As pessoas aqui têm família e é bom que saibam que em tudo que é lugar existe o viciado, seja no Brasil ou no Japão. E por existir viciado em tudo que é mundo, a cracolândia é algo normal porque é um lugar onde é permitido o uso da droga. Você quer usar a droga sem incomodar a família ou os vizinhos? É só ir na cracolândia. [...] A cracolândia deveria ser citada no jornal não como um lugar de droga, mas uma opção onde os usuários podem usar a droga sem ser incomodados e sem prejudicar ninguém. Se você não usar a droga na cracolândia você vai usar onde? Em casa, na rua, na porta dos outros? Dentro de casa é o pior lugar pra usar, imagina seus filhos vendo você se drogar? Eu não quero que meu filho faça o que eu faço. Por isso que saí de casa.

Qualquer atividade que vise ao atendimento, ao cuidado e à melhor a inserção social desses usuários precisa, assim, levar em conta o problema e as consequências do estigma. Além do trabalho voltado diretamente aos moradores de “cracolândias”, é necessário também atuar sobre as percepções e atitudes dos que com eles convivem – no caso específico, a população da Maré. Nesse sentido, paralelamente às intervenções na CCFE, o projeto cujos resultados expomos aqui iniciou um processo de “Diálogos sobre drogas” junto a moradores e pessoas que atuam em instituições da Maré, organizando três encontros de formação para apresentar o projeto e debater temas relacionados a usuários e políticas de drogas. Num desses encontros foram apresentados o livro *Nas tramas do crack*, da pesquisadora Taniele Rui, e a campanha *Da proibição nasce o tráfico*, conduzida pelo CEsEC. Daí resultou, entre outras coisas, a adesão espontânea de alguns integrantes da rede que vieram agregar-se às iniciativas do projeto de aproximação à CCFE.

DROGA: CONTROLE E TRATAMENTO

Poucas necessidades, demandas e desejos expressos pelos moradores da CCFE referem-se diretamente ao uso abusivo de drogas. À pergunta “deseja fazer um tratamento para parar, diminuir ou controlar o uso de drogas?”, 29 responderam que sim e 30, que não. Isso não significa, entretanto, que a maioria não tenha vontade de parar, diminuir ou controlar o consumo. Significa, sobretudo, que predomina uma visão centrada na responsabilização individual e na referência religiosa: a melhor maneira de suspender ou diminuir o uso de crack, segundo vários entrevistados, seria “sozinho”, “por conta própria”, “com força de vontade”, “eu mesmo”, “coragem individual”, “quando eu quiser”, ou com a ajuda de Deus ou Jesus.



OBSERVOU-SE
TAMBÉM UMA
**FALTA DE
CLAREZA** SOBRE
AS ALTERNATIVAS
DE TRATAMENTO
EXISTENTES,
EM ESPECIAL
AS QUE NÃO
PRECONIZAM
ABSTINÊNCIA
E SIM **REDUÇÃO**
DE DANOS”

Dos 27 moradores que disseram já ter feito algum tipo de tratamento, 13 declararam ter passado por comunidades terapêuticas com filiação religiosa. A observação mostrou que, além desses 13, outras pessoas da cena já haviam experimentado esse tipo de tratamento, ao que tudo indica, sem sucesso. De fato, a avaliação dos usuários não era muito positiva: alguns identificaram no isolamento e na rigidez das normas impostas por instituições religiosas o maior obstáculo à eficácia das terapias por elas oferecidas. Um entrevistado perguntou: “como vou parar de consumir e me reinserir na sociedade se tenho que parar de trabalhar para ficar lá? Ficando lá não poderia fazer meus bicos, e preciso dos meus bicos para viver”. Outro exclamou: “eu queria parar de usar drogas, não parar de transar!”.

Por outro lado, observou-se também uma falta de clareza sobre as alternativas de tratamento existentes, em especial as que não preconizam abstinência e sim redução de danos. Mesmo a proposta terapêutica do *CAPSad*, equipamento localizado nas proximidades da CCFF, era pouco conhecida entre os usuários da cena. A moradora Darly, que estava em acompanhamento terapêutico no *CAPSad*, mostrava-se admirada com o serviço: “[pela] primeira vez na minha vida [...] me falaram que eu podia me tratar sem parar de usar drogas”. Para outros, no entanto, essa ideia parecia um contrassenso: “como posso parar de usar drogas se posso consumir...?”. Ademais, pela sua vinculação com o setor de saúde mental, o *CAPSad* era identificado por alguns como “lugar para loucos”, não para dependentes químicos.

Conclui-se, assim, pela importância de esclarecer aos usuários quais as propostas e alternativas de tratamento disponíveis, para além dos preconceitos e das disputas terapêuticas que existem nesse campo, de modo a possibilitar a adequação da oferta de serviços e a construção de trajetórias terapêuticas ajustáveis às demandas individuais.

DOCUMENTAÇÃO E PENDÊNCIAS JUDICIAIS

A pesquisa não pretendeu levantar o histórico criminal dos entrevistados, nem estabelecer relações entre esse histórico e o uso de drogas ou a falta de documentação. Mas, na medida em que são fatores que impactam as perspectivas de futuro, buscou-se obter algumas informações sobre a situação jurídica e a documentação dos moradores da cena. Não foi uma tarefa fácil, pois, sobretudo nas primeiras entrevistas, quando a relação de confiança ainda não se consolidara, houve resistências, reticências e contradições nas respostas relativas ao assunto. De 44 que se dispuseram a responder à pergunta sobre trajetória penal, sete afirmaram ter passado por instituições socioeducativas e 21, pelo sistema penitenciário. Indagados sobre sua situação atual, só 28 responderam à pergunta e, destes, apenas três admitiram ter pendências judiciais. Com relação aos documentos, 33 dos 59 entrevistados disseram estar com toda a documentação em dia no momento da entrevista. Em alguns casos, é possível afirmar que as trajetórias são caracterizadas por uma sucessão de curtos períodos intercalados entre prisão e situação de rua que, para além dos efeitos psicológicos, dificultam as possibilidades de inserção social e reinserção pós-prisão.

Contudo, por meio da observação, de conversas informais e dos incentivos à participação em atividades fora da cena, identificaram-se outros casos em que problemas com a Justiça e/ou a falta de documentos constituíam um obstáculo ao alcance de alguma aspiração. Foi o caso de Laura, uma das primeiras pessoas entrevistadas na CCF, que inicialmente declarou não ter nenhuma pendência judicial e possuir todos os documentos, mas quando a equipe estimulou-a a inscrever-se num curso de formação em gastronomia, terminou admitindo que sua documentação estava em posse da família, com quem não tinha contato havia muito tempo, e que, em função de problemas com a Justiça, dificilmente conseguiria a segunda via.

Mesmo direitos básicos, como acesso a serviços de emergência e atendimento nas clínicas da família podem ser bloqueados pela falta de documentos, sem falar nas oportunidades de formação e de emprego. Para os que têm pendências judiciais, há ainda o temor de ser presos ao solicitar documentos ou qualquer outro serviço público. Rodrigo, por exemplo, recusou-se a entrar numa ambulância do SAMU, mesmo tendo sido esfaqueado por traficantes, com medo de ser identificado e preso. Preferiu procurar a família, que o conduziu a uma clínica particular. Até onde foi possível verificar na pesquisa de campo, muitas dessas pendências são relativas a delitos de baixa gravidade e poderiam ser solucionadas com assistência jurídica apropriada.

POLÍTICAS DE ATENDIMENTO E CUIDADO

No Rio de Janeiro, em 2011 e 2012, predominou a estratégia de internação compulsória de usuários de drogas ilícitas em situação de rua, sobretudo crianças e adolescentes, executada pela então Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (SMDS). A partir de 2013, entretanto, há uma inflexão nas políticas municipais, com o gradual esvaziamento da estratégia prioritária de internação compulsória em favor de iniciativas, como o projeto *Proximidade*, que visam a “encurtar a distância” entre os serviços da Assistência e os usuários em situação de rua. Ao mesmo tempo, ganham protagonismo serviços de saúde pública como os *Centros de Atenção Psicossocial*, o *Consultório na Rua* e os programas de redução de danos, que se afastam da lógica manicomial e baseiam-se no respeito à autonomia e à garantia de direitos dos usuários.

Não estava entre os objetivos do projeto avaliar os serviços ou os profissionais atuantes na cena de consumo da Flávia Farnese. A intenção era mapear instituições, atores e ações voltados ao atendimento aos usuários de drogas, conhecer os serviços prestados, saber como eles se articulavam na assistência à população da cena e captar percepções dos usuários sobre esses serviços. Em suma, observar como a oferta e a demanda de atendimento se entrecruzavam nesse território específico.

Embora os pesquisadores tivessem de início a expectativa de encontrar diariamente na cena várias instituições tanto públicas como privadas – expectativa criada por entrevistas prévias na Associação de Moradores do Parque Maré –, notaram na prática que essa frequência era bastante variável, quando não inexistente, conforme o tipo de instituição. Delimitou-se então o campo de observação aos atores responsáveis pela execução das políticas públicas de atendimento e cuidado a pessoas com uso problemático de drogas e em situação de rua, o que fez com que o mapeamento se restringisse essencialmente a agentes de três órgãos governamentais: o *Consultório na Rua*, o *CAPSad* e o projeto *Proximidade/ SMDS*.

Criado em janeiro de 2014, numa parceria entre a SMDS e a ONG Viva Rio para atender especificamente aos moradores e frequentadores de cenas de consumo de drogas do Rio de Janeiro, o projeto *Proximidade* tem equipes de assistentes, educadores e psicólogos que visitam semanalmente as cenas de crack objetivando criar vínculos com os usuários e identificar suas principais demandas.¹⁴ Na época da pesquisa, esse projeto contava com três equipes – Jacarezinho/Manguinhos, Parque União e Centro – para atender às 18 cenas de consumo mapeadas na Zona Norte e à da região central da cidade. Os principais serviços oferecidos são obtenção de documentos e encaminhamento ao *Consultório na Rua* e ao *CAPSad*, mas as equipes também atuam, ainda que em menor grau, no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, na valorização da autoestima e no encaminhamento dos usuários a centrais de acolhimento, Centros de Referência Especializados para População em Situação de Rua (Centros POP),¹⁵ e ao Núcleo de Defesa dos Direitos Humanos da Defensoria Pública estadual.¹⁶

O *Consultório na Rua (CnR)* é um programa do Ministério da Saúde instituído em 2011 pela Política Nacional de Atenção Básica com o objetivo de ampliar o acesso da população de rua aos serviços de saúde, ofertando “de maneira mais oportuna, atenção integral à saúde para esse grupo populacional, o qual se encontra em condições de vulnerabilidade e com os vínculos familiares interrompidos ou

14. Ver definição oficial em <http://www.rio.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=4608305>.

15. Ver definição oficial em <http://www.brasil.gov.br/observatoriocrack/cuidado/centro-pop.html>.

16. Ver http://www.portaldpge.rj.gov.br/impressos/20090810_150918_folder_nudedh.pdf.

fragilizados”.¹⁷ A unidade que atende à CCFF localiza-se na favela de Manguinhos, a cerca de cinco quilômetros de distância, e é responsável por mais de vinte bairros da zona norte da cidade. Suas atividades mais importantes são consultas médicas, encaminhamento para exames de média e alta complexidade, solicitações de internação, realização de curativos, distribuição de medicamentos e visita aos espaços onde se encontra a população de rua. Vale ressaltar que oito unidades do Programa de Saúde da Família operam nas 16 favelas do Complexo da Maré, mas a pesquisa não observou nenhum atendimento dessas unidades aos usuários da CCFF, o que pode ser explicado em parte pelo forte vínculo dos moradores com a equipe do *Consultório na Rua*, e em parte pelo fato de a cena de consumo situar-se na divisa dos territórios cobertos por três das oito unidades de saúde do Complexo, não havendo uma unidade de referência responsável pelo atendimento à população da cena.

Os *Centros de Atenção Psicossocial para Álcool e outras Drogas (CAPSad)* são órgãos do sistema municipal de saúde que atendem a pessoas “em uso prejudicial” de substâncias lícitas ou ilícitas¹⁸ numa perspectiva de redução de danos, sem exigir abstinência para participação no tratamento. Por meio de atividades individuais e coletivas, buscam construir com os usuários projetos terapêuticos singulares que promovam a autonomia, o fortalecimento de vínculos e a reinserção social no território. O *CAPSad Miriam Makeba*, que atende à região administrativa CAP 3.1, abrangendo Bonsucesso, Ramos e Maré, funciona diariamente, 24 horas por dia. O fato de não exigir abstinência – ao contrário da maioria das clínicas e comunidades terapêuticas, religiosas ou não, para dependentes químicos – facilita a adesão dos usuários ao tratamento, segundo a percepção dos profissionais. Mas o grande volume de demandas, o amplo território abrangido e a restrição de pessoal limitam bastante o alcance do trabalho, dificultando, por exemplo, a realização de oficinas e atendimentos diretamente nas cenas de consumo de drogas como a CCFF e até a assistência constante prevista nas diretrizes do programa:

Quando a gente abriu tinha uma demanda reprimida muito grande. Nunca teve um CAPSad por aqui [...], assim que abrimos atendíamos 100-120 pessoas por dia. A equipe estava esgotada, cansada. Tivemos que pensar como qualificar esse atendimento [...]. Mantínhamos as portas abertas, optamos por fechar as portas para garantir um atendimento de qualidade. (profissional do *CAPSad Miriam Makeba*)

A queixa sobre excesso de demanda e pouca capacidade de assistência é frequente também nas outras entidades que a pesquisa acompanhou:

Nós atendemos toda a AP 3.1 (Bonsucesso, Ramos e Maré), temos quase duas mil pessoas cadastradas. Como garantir o acompanhamento do serviço com nove profissionais? (profissional do *Consultório na Rua*)

Tem dia que é muita correria! Você tem ir de uma cena para outra [...] as vezes você vê que precisa conversar mais com aquela pessoa, mas pode perder a hora de chegar no Detran [órgão que fornece documentos de identidade]. Quando você volta à tarde, as vezes a pessoa já não tá mais... (profissional do *Proximidade*)

17. Ver http://dab.saude.gov.br/portaldab/ape_consultorio_rua.php.

18. Ver <http://www.rio.rj.gov.br/web/sms/caps>.

Parece haver bom diálogo entre as três entidades observadas, talvez facilitado pelo fato de os dois projetos municipais – *Proximidade* e *CAPSad Miriam Makeba* – estarem sob cogestão da organização Viva Rio, e de o *Consultório na Rua*, sob cogestão da FIOTEC, também manter relações com a coordenação da área de drogas dessa organização. Mas, além disso, parecem pesar favoravelmente certas convergências na filosofia de trabalho das três instituições, que operam com equipes multidisciplinares, não condicionam o atendimento à abstinência nem à internação, adotam a perspectiva da redução de danos e valorizam o acolhimento, a criação de vínculos e a escuta qualificada. Na prática, contudo, não existe um espaço regular de interlocução e de troca – reuniões, encontros, estudos de caso, fórum etc. – capaz de potencializar a eficácia do atendimento, o que é geralmente justificado pelo excesso de trabalho cotidiano e pelas dificuldades decorrentes de estruturas e rotinas institucionais.

Ainda mais problemática é a interlocução com outras instituições públicas particularmente relevantes para a assistência integral a usuários de drogas em situação de rua, como os órgãos do sistema de segurança e justiça (polícias, promotoria, defensoria, varas de família etc.), as centrais de recepção e abrigo, as unidades de saúde da família e o conselho tutelar – todos caracterizados como de “difícil acesso e diálogo”, excessivamente “burocráticos” e “distantes da realidade” da população atendida pelas três instituições.

Em especial, as políticas de segurança pública são alvo unânime de críticas por parte dos profissionais entrevistados, por não dialogarem com a perspectiva de trabalho que eles procuram desenvolver. Tanto as operações para implantação de UPPs quanto as do “Choque de Ordem” da Secretaria Municipal de Ordem Pública dificultam a continuidade do atendimento aos usuários e a consolidação dos vínculos. Não só por fomentarem a itinerância como pelo modo de intervenção, frequentemente violento – com cassetetes, spray de pimenta e destruição de barracos –, que ocasiona perda de documentos de identificação e cartelas de saúde, gerando retrabalho e descrédito para as instituições que assistem esses usuários.

Assim, se a criação de serviços especializados no atendimento à população de rua usuária de drogas representa um grande avanço em relação às estratégias centradas unicamente na repressão, na internação e na abstinência, e um notável progresso na garantia de direitos dessa parcela da população, dois problemas restringem muito o alcance dessas iniciativas: primeiro, o baixo número de profissionais para fazer face à demanda existente; segundo, as dificuldades de articulação entre as instituições e, mais ainda, delas com outros órgãos públicos cruciais, particularmente os do sistema de segurança e justiça.

Na tentativa de colaborar para a abertura de um espaço de diálogo permanente em torno do atendimento à CCF, a Redes da Maré iniciou um processo de articulação intersetorial por meio de encontros mensais entre as instituições envolvidas, sobretudo da área de saúde. Além de profissionais do *Consultório na Rua*, do *Proximidade* e do *CAPSad*, funcionários das unidades de saúde da Maré, do Núcleo de Apoio à Saúde da Família e do Viva Rio participaram desses encontros mensais entre maio e agosto de 2015. Isso permitiu identificar alguns problemas não perceptíveis diretamente na pesquisa dentro da cena. Entre eles, a frequência no atendimento



FICOU CLARA NOS ENCONTROS A NECESSIDADE DE **INTEGRAR OS SERVIÇOS E PROGRAMAS** ESPECIFICAMENTE VOLTADOS PARA A CCFF À **ESTRUTURA DO SISTEMA DE SAÚDE** QUE ATENDE AOS DEMAIS MORADORES DA MARÉ”

segundo o critério de tratar-se ou não da “cena da moda”.¹⁹ Como já dito, as cenas de consumo da Maré haviam sido “da moda”, mas no período final da pesquisa era a da Bandeira 2, próxima da favela do Jacarezinho, que mais atraía preocupações e serviços. Paradoxalmente, a relativa estabilidade alcançada pela cena de consumo da Flávia Farnese, que poderia fornecer a base para um atendimento mais sistemático, articulado e eficaz, acaba pesando contra os seus moradores, que perdem parte da atenção do poder público.

Por outro lado, ficou clara nos encontros a necessidade de integrar os serviços e programas especificamente voltados para a CCFF à estrutura do sistema de saúde que atende aos demais moradores da Maré para garantir a proximidade e continuidade do atendimento. De acordo com um profissional do Consultório na Rua, seria fundamental que a Clínica da Família passasse a ser encarada como espaço de atendimento, também, de pessoas em situação de rua, para evitar que a rua permanecesse como único lugar e a única referência de cuidado para essa população. Com esse intuito, iniciou-se em julho de 2015, um processo de matriciamento, por meio de um “laboratório” de articulação entre as três unidades de saúde da família da Maré e o *Consultório na Rua*, para aproximação das primeiras aos moradores da CCFF. A proposta era de os profissionais percorrerem a cena de consumo em dupla (um de unidades de saúde da Maré e um do *Consultório na Rua*), fazendo contato com moradores e frequentadores, identificando suas principais demandas de saúde e convidando-os a comparecer às unidades de saúde da família. O segundo “laboratório” contou também com a participação do *CAPSad Miriam Makeba* e, no final da pesquisa de campo, teve início um processo de formação em redução de danos para agentes comunitários de saúde que trabalhariam junto a usuários abusivos de drogas em situação de rua, incluindo o território da Maré.

Algumas barreiras à aproximação dos profissionais de saúde da família aos usuários da cena ficaram, porém, evidentes. Em particular a falta de capacitação para abordar os moradores da CCFF e a burocracia envolvida nas formas de acesso ao serviço. Também no final do projeto, o Centro Municipal de Saúde Samora Machel foi designado como unidade local que se responsabilizaria pelo atendimento à CCFF, desconsiderando-se uma série de dificuldades de acesso para os moradores da cena, entre as quais a perspectiva de incorporação dessa unidade a outra localizada no território de um grupo criminoso rival e a maior resistência dos seus gestores a trabalhar com esse tipo de população. O processo de matriciamento e referenciamento iniciou-se lentamente, mas, ainda assim, o saldo da iniciativa de articulação liderada pela Redes da Maré parece ter sido positivo, especialmente se se considera que algumas instituições nunca haviam dialogado, embora atuassem há bastante tempo no mesmo local. A abertura de um espaço mais permanente de interlocução, pelo menos entre os prestadores de serviço da área de saúde e assistência social, e a facilitação dos encaminhamentos de alguns casos da CCFF podem ser considerados importantes resultados do projeto aqui exposto, embora fosse perceptível a diminuição dos encontros com o término desse projeto.

19. Ver nota 4, acima.

PERCEPÇÕES DOS USUÁRIOS SOBRE OS SERVIÇOS OFERTADOS

O acesso à saúde é relativamente bem avaliado pelos moradores da CCFF: 34 dos 59 entrevistados o consideram “bom”, 15 acham-no “razoável” e apenas cinco o classificam como “ruim”. Das pessoas ouvidas, 35 haviam recebido alguma assistência médica nos últimos doze meses; para 12, isso acontecera mais de um ano antes e outras 12 não lembravam quando isso havia ocorrido. Na maior parte dos casos, o último atendimento fora realizado pela equipe do *Consultório na Rua*, seja na própria casa ou na Clínica da Família de Manguinhos. Apenas dois entrevistados haviam sido atendidos pela última vez numa das unidades de saúde da Maré próximas da casa de uso. Evidencia-se, assim, a importância do *Consultório na Rua* para o acesso à saúde dos moradores da casa, bem como a falta de cobertura das unidades locais para esse tipo de público. Apenas 12 pessoas disseram não conhecer o CnR e, dos 47 que o conheciam, 42 avaliaram-no como “bom” e cinco como “razoável”. Ninguém classificou o atendimento como “ruim”.

Já no que se refere às outras instituições, os índices de identificação foram inferiores, devendo-se levar em conta, porém, que tanto o CAPSad quanto o projeto *Proximidade* só muito recentemente haviam passado a atender aos moradores da CCFF (desde janeiro e abril de 2014, respectivamente), ao passo que o CnR tinha contato com essa população desde 2011. Dos 59 usuários ouvidos, 38 não conheciam ou não diferenciavam os serviços do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) local; 24 não tinham conhecimento da oferta de serviços do CAPSad e 22 não reconheciam o projeto *Proximidade*. Entre os que conheciam os serviços do CAPSad, predominaram avaliações positivas: 29 em 35 classificaram-no como “bom”; cinco, como “razoável” e um como “ruim”. No caso do *Proximidade*, 33 em 37 consideraram o serviço “bom”; dois, “razoável” e dois, “ruim”.

De modo geral, parece haver maior clareza, para os usuários, sobre o tipo de serviço prestados pelo *Consultório na Rua* e melhor apreciação do vínculo criado por esse serviço. Já o CAPSad, além de menos conhecido, é visto com ressalvas por moradores da CCFF: como já se comentou mais acima, alguns o consideram um espaço “para loucos”, não para dependentes químicos, e outros duvidam da eficácia de um tratamento que não exige abstinência. Soma-se a isso o fato de o CAPSad realizar poucas ações no local da casa e concentrar-se no atendimento dentro do espaço institucional. Os profissionais do *Proximidade*, por sua vez, são percebidos sobretudo como aqueles que auxiliam na obtenção de documentos e no encaminhamento a serviços de saúde. Grande parte dos moradores que obtiveram segunda via de documentos durante o período da pesquisa o fez por intermédio do *Proximidade*. A maior queixa em relação a esse serviço era o fato de as equipes irem à CCFF sempre na parte da manhã, quando boa parcela dos moradores ainda estava dormindo ou recém-acordada. Profissionais explicaram que a preferência pela manhã devia-se a razões logísticas e aos horários de atendimento de outros serviços cruciais, como o Detran, mas para os usuários da casa isso aparecia como uma espécie de descaso: “a gente está dormindo, eles passam voando, perguntam se precisamos tirar documento ou ir para o médico e vão embora” (entrevista com Norbert). Também foi possível perceber certa confusão entre *Proximidade* e *Consultório na Rua*, talvez porque uma das principais atividades do projeto seja encaminhar os usuários ao CnR.



OS PROFISSIONAIS QUE OFERECEM SERVIÇOS ESPECÍFICOS A **USUÁRIOS DE DROGAS EM SITUAÇÃO DE RUA** DEVERIAM TER PAPEL FUNDAMENTAL NA **CAPACITAÇÃO** DO PESSOAL NÃO ESPECIALIZADO DAS UNIDADES DE SAÚDE E DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO”

A qualidade do atendimento e do vínculo parecem pesar bastante na melhor avaliação desta última instituição. Perguntado sobre por que preferia ser atendido pelos profissionais do *Consultório na Rua*, um morador respondeu: “Lá é diferente, né? Você chega lá e sempre é atendido, sempre te dão atenção”. Aliada ao longo tempo de prestação do serviço e à forma de acolhimento, a baixa rotatividade dos funcionários ajuda, ademais, a consolidar referências e vínculos. Isso mostra também que, quando se oferecem condições adequadas, os usuários de drogas em situação de rua criam laços e identificações – muito longe da visão estereotipada do “cracudo” ou do “zumbi” capaz apenas de se relacionar com a droga.

A própria equipe da pesquisa foi-se constituindo numa referência importante para os moradores da cena, que passaram a dirigir-lhe pedidos de intermediação e demandas não endereçadas às instituições de atendimento. A assistente social que integrava a equipe acompanhou diversas vezes moradores que buscavam serviços de saúde nas unidades da Maré ou em outras da região e pôde verificar como eram tratados os usuários da cena nesses espaços. Num dos casos, a moradora sentiu-se tratada com “grosseria” pela profissional que a atendeu e contrastou esse tratamento ao dispensado pelo *Consultório na Rua*:

... você viu o jeito que eles tratam a gente, parece que têm nojo. O pessoal da Doutora Valeska [médica do *CnR*] abraça nós, beija [...] teve uma vez que o José tava com o pé todo necrosado, a Doutora Valeska entrou no barraco, colocou o pé dele em cima da perna dela e tratou com maior amor, você via que não tinha nojo!” (entrevista com Lídia).

Patrícia, outra moradora, internada numa maternidade próxima para dar à luz, queixou-se de não ter sido sequer avisada de que a filha nascera morta, nem informada da causa. Uma enfermeira do hospital tentou justificar a atitude:

... recebemos, cada vez mais mulheres com este perfil, grávidas usuárias de crack, sem família, a maioria das vezes [...] sozinhas. Não sabemos como lidar com estas situações. Não recebemos nenhuma orientação, nenhuma capacitação. Cada um faz como pode [...]. Mas é difícil, não sabemos como vão reagir, muitas vezes são violentas, nem sempre sabemos como encaminhar.

Nesse caso específico, o membro da equipe de pesquisa que acompanhava Patrícia mobilizou o *Consultório na Rua* e o projeto *Proximidade*, que acionaram suas equipes para apoiar o hospital no atendimento à paciente. Mas, na maioria das situações em que necessitam de acesso a serviços de saúde, os usuários não dispõem dessa “proteção” e não recebem atendimento minimamente adequado. A fala da enfermeira e o desfecho do caso de Patrícia indicam, além disso, que os profissionais que oferecem serviços específicos a usuários de drogas em situação de rua deveriam ter papel fundamental na capacitação do pessoal não especializado das unidades de saúde e de outras instituições de atendimento; indicam ainda a necessidade de políticas públicas integradas de assistência e cuidado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES

Das atividades de pesquisa, intervenção e articulação institucional desenvolvidas ao longo do projeto, resultam algumas considerações importantes para subsidiar políticas públicas e ações da sociedade civil que visem ao atendimento de usuários de drogas em situação de rua, particularmente de integrantes das cenas coletivas conhecidas como “cracolândias”. Tais considerações giram em torno da necessidade de levar em conta as características e demandas dos moradores, as especificidades dos territórios nos quais se fixam, e de promover sua inserção em espaços e tempos alternativos, para que a rua e a droga deixem de ser as principais referências e os principais meios de socialização dessas pessoas.

TRAJETÓRIAS COLETIVAS E EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIAL: DESENHAR POLÍTICAS PÚBLICAS INTEGRADAS E ARTICULAR A REDE DE ATENDIMENTO E CUIDADO

Os moradores da cena de uso de drogas da Flávia Farnese, como a maior parte dos indivíduos que se encontram em situação semelhante, são na maioria jovens adultos, negros, de baixa escolaridade, sem vinculação com o mercado formal de trabalho, oriundos de espaços populares, com longa trajetória de situação de rua e passagens anteriores por outras cenas de consumo de drogas. Nesse contexto de extrema vulnerabilidade social, o uso abusivo de crack é apenas um dos elementos de marginalização, podendo-se considerar a cena de consumo como ponto de convergência de uma série de problemas sociais urbanos, que demandam abordagens complexas e políticas sociais integradas e sustentáveis, ao invés de visões e ações simplistas focadas unicamente na dependência química.

Ainda que fragilizados, os vínculos familiares são fundamentais para grande parte dos moradores da Flávia Farnese, seja no presente, como apoio ao cuidado de si, à saúde e ao controle do consumo de drogas, seja como referência para perspectivas futuras. O fato de tais relações serem marcadas por muitas dificuldades e numerosos conflitos sublinham a relevância de ações e políticas voltadas ao atendimento conjunto de usuários e de suas famílias.

Com relação às políticas existentes, identificou-se, em primeiro lugar, a necessidade de uma melhor articulação dos órgãos públicos que assistem diretamente os usuários e as unidades de saúde do território da Maré. A responsabilização, formação e capacitação das equipes dessas unidades parece ser crucial para melhorar a atenção básica à população em foco e garantir a continuidade do atendimento no território; nesse sentido, o *Consultório na Rua*, principal referência para os moradores da cena, deveria desempenhar papel destacado no matriciamento da oferta de serviços básicos de saúde na Maré e no seu entorno. Em segundo lugar, detectou-se uma falta significativa de informações e definições claras, para os usuários, sobre o âmbito e as propostas de trabalho de cada órgão ou projeto que presta serviços na área. A consolidação de um fórum inter-setorial para a região parece ser um caminho importante para fomentar a articulação, a cooperação e a reflexão conjunta, assim como a melhor divulgação do trabalho oferecido e a integração de novos parceiros à rede de assistência e cuidado aos moradores da CCFE. A definição de uma instituição-líder, com disponibilidade e capacidade para conduzir o processo, é fundamental para que ele possa se efetivar.



NA GRANDE MAIORIA DOS CASOS, AS AGRESSÕES FORAM SILENCIADAS, OU SEJA, NÃO SE RECORREU NEM A INSTÂNCIAS FORMAIS, NEM À 'JUSTIÇA LOCAL' PARA BUSCAR ALGUMA ESPÉCIE DE REPARAÇÃO"

Não existem, na cidade do Rio de Janeiro, programas integrados como as experiências do *De Braços Abertos* em São Paulo ou do *Programa Atitude* no Recife. É imperativo o desenho de políticas inspiradas nessas e em outras iniciativas do gênero, contemplando o contexto específico do Rio de Janeiro, que possam integrar e articular as diferentes secretarias, incluindo as responsáveis pela segurança pública.

VIOÊNCIA E VIOLAÇÕES DE DIREITOS: REPENSAR AS POLÍTICAS DE DROGAS, O ACESSO À JUSTIÇA E O DIREITO À SEGURANÇA

Coincidindo com um período particularmente tenso e povoado de incertezas, a pesquisa na CCFF permitiu perceber o quanto a agenda e atuação da segurança pública afetam objetiva e subjetivamente a vida dos que frequentam cenas abertas de consumo de drogas. Estabilidade ou itinerância, esperanças ou temores, relativa segurança ou insegurança total, maior ou menor exposição à violência da polícia, maior ou menor ingerência de grupos criminosos armados – são todos fatores em boa parte definidos pelas ações, estratégias e políticas da área de segurança pública, incluindo aí os órgãos e ações de âmbito municipal.

Por um lado, enormes dificuldades se interpõem a um diálogo sistemático com esses atores em torno de abordagens mais complexas, adequadas e eficazes para lidar com as “cracolândias”, o que traz consequências danosas não só para os usuários – instabilidade, destruição de vínculos, perda de documentos, descontinuidade do atendimento médico e reforço do estigma, entre outras – mas para o próprio trabalho dos órgãos de saúde, de assistência e até mesmo de segurança, uma vez que a tática de repressão/expulsão não faz mais do intensificar o processo de *desterritorialização* e *reterritorialização* das cenas de consumo de drogas na cidade. A negociação com o Exército durante a ocupação militar da Maré, que possibilitou, em parte, a fixação da cena de consumo no Parque Maré, mostra, por outro lado, que o diálogo com os agentes da segurança pública não é impossível e que deve continuar sendo tentado e ampliado, pois dele depende em larga medida a possibilidade de aproximação, atenção e cuidado a populações como a da Flávia Farnese, caracterizadas por muitos e diversos fatores de vulnerabilidade e marginalização.

Das 59 pessoas entrevistadas, 42 disseram ter sofrido um ou mais tipos de violência durante o período da pesquisa: violência sexual, conjugal, policial e/ou de grupos criminosos armados. Na grande maioria dos casos, as agressões foram silenciadas, ou seja, não se recorreu nem a instâncias formais, nem à “justiça local” para buscar alguma espécie de reparação. Se a população residente em espaços regulados por grupos criminosos armados, como é o caso da Maré, está exposta a inúmeras violações de direitos e violências, a situação se exacerba para coletividades como a da CCFF, que conjugam situação de rua, uso abusivo de drogas e residência em área sob domínio daqueles grupos. Uma vez que tal domínio assenta fortemente no caráter ilícito de certas substâncias, parece fundamental aprofundar a reflexão sobre a política de drogas em vigor no Brasil e sobre os efeitos deletérios da chamada “guerra às drogas” não só para os usuários em situação de rua como para a grande maioria da população do país.



METADE DOS ENTREVISTADOS NA CCFF SENTE NECESSIDADE DE **AUXÍLIO TERAPÊUTICO**, MAS MUITOS AVALIAM **NEGATIVAMENTE** EXPERIÊNCIAS BASEADAS NA **INTERNAÇÃO E NO ISOLAMENTO**”

Além da violência de grupos criminosos armados e da violência policial, diversos tipos de conflitos e agressões permeiam as relações interpessoais dos moradores da cena – violência sexual e conjugal, brigas entre vizinhos, disputas pelos barracos etc. A cena da Flávia Farnese configura-se, assim, num espaço de alta exposição à violência. Ora vítimas, ora autores, seus habitantes necessitariam experimentar outras situações de convívio, não centradas no consumo da droga e abertas a mecanismos de resolução de conflitos distintos do uso ou da ameaça de uso da violência. Também seria fundamental incorporar uma perspectiva de gênero na abordagem desse problema: com representação quase paritária de mulheres, característica incomum em cenas de uso aberto de drogas, o espaço focalizado registra alta presença da prostituição como meio de vida, de violência conjugal e de violência sexual dirigida quase exclusivamente às mulheres.

AMPLIAR O CONCEITO E AS PRÁTICAS DE REDUÇÃO DE DANOS EM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA

Como se procurou mostrar neste trabalho, os riscos e danos a que estão sujeitos moradores e frequentadores de cenas abertas de consumo vão muito além dos causados pelo uso de substâncias lícitas ou ilícitas e englobam danos decorrentes de ações policiais, do quadro legal da política de drogas, das “leis” impostas por grupos criminosos armados e dos estigmas associados ao uso das substâncias. Tal perspectiva indica ser determinante o desenvolvimento de ações complementares capazes de mitigar riscos e danos sem relação direta com o uso de drogas, que envolvam, por exemplo, capacitação e diálogo com os agentes de segurança pública, pactuação de regras de convivência com membros dos grupos criminosos armados, diálogo e ações pedagógicas com as instituições e atores locais, fortalecimento da formulação de demandas e desejos, e assim por diante.

Não se pretende com isso minimizar a importância do tratamento para o uso abusivo de substâncias lícitas e ilícitas. As ações na área de saúde são fundamentais em si mesmas – na medida em que a dependência química agrava as trajetórias de marginalização – e constituem muitas vezes a porta de entrada para o acesso a outros direitos e serviços. Mas é imprescindível que se ofereçam aos usuários informações e alternativas terapêuticas, permitindo a construção de estratégias de tratamento sob medida e ajustáveis, em lugar de uma linha de trabalho única, imposta e uniforme. Viu-se que metade dos entrevistados na CCFF sente necessidade de auxílio terapêutico, mas muitos avaliam negativamente experiências baseadas na internação e no isolamento. Viu-se, por outro lado, que há pouca clareza sobre as opções existentes e pouco conhecimento ou entendimento das terapias centradas na redução de danos. A ampliação desse conhecimento e o esforço de prestar assistência adequada às diferentes demandas dos usuários, para além dos preconceitos e das disputas que existem nesse campo, são condições estruturantes de uma abordagem capaz de efetivamente reduzir os efeitos danosos do uso abusivo de drogas.



AS INICIATIVAS
ARTÍSTICAS
E CULTURAIS
DESENVOLVIDAS
PELO PROJETO
MOSTRARAM
A IMPORTÂNCIA
DE SE OFERTAR
**OUTROS ESPAÇOS
DE SOCIALIZAÇÃO
E INTERAÇÃO**
NÃO CENTRADOS
NO USO
DA DROGA”

SUBJETIVIDADES E PERSPECTIVAS: FORMULAÇÃO DE DEMANDAS E CRIAÇÃO DE ESPAÇOS ALTERNATIVOS DE SOCIALIZAÇÃO

No caso específico da cena de consumo da rua Flávia Farnese, a fixação espacial materializou-se na construção de 16 barracos desmontáveis mas estruturados, que funcionam ao mesmo tempo como moradia e como fonte de renda. Dado o acesso a esse “privilégio” por uma parte apenas dos moradores e dados os fortes conflitos em torno do “direito” de alcançá-lo, tornam-se necessários programas capazes de prover formas alternativas e sustentáveis de moradia e geração de renda para os habitantes da cena. A oferta de trabalho pode, ademais, reduzir o recurso dos usuários a atividades ilícitas e das mulheres à prostituição, sendo mencionada por diversos entrevistados como condição determinante das suas chances de “reestruturar-se”, “mudar de vida” e sair da “cracolândia”. Ao lado das demandas relacionadas a moradia, emprego, capacitação e geração de renda, aparece a de alternativas de lazer e atividades capazes de “ocupar a mente” e o tempo para além do uso da droga. Não há oferta para atender nem às primeiras, nem à última dessas demandas, segundo a percepção dos moradores da CCFF, restringindo-se a provisão institucional de serviços sobretudo à área de saúde.

O trabalho ressaltou ainda uma grande dificuldade dos usuários de enunciar demandas e desejos, em função do acúmulo de vulnerabilidades, estigmas e rejeições comprometedora da possibilidade de enxergar-se como sujeitos de direitos, pensar alternativas e projetar-se no futuro. Isso não impede que expressem algumas demandas comuns à maioria da população brasileira, como moradia, capacitação, trabalho, renda e lazer. As iniciativas artísticas e culturais desenvolvidas pelo projeto mostraram a importância de se ofertar a grupos em situação semelhante à da Flávia Farnese outros espaços de socialização e interação não centrados no uso da droga. Atividades que permitam cogitar novos horizontes, que estimulem habilidades criativas, que promovam a cooperação no lugar da violência e que contribuam para o reconhecimento de direitos devem ter grande peso se se quer efetivamente abrir perspectivas e vencer a tendência predominante de congelamento e autocongelamento desses sujeitos no papel de “cracudos”. Também é fundamental um trabalho junto à população que convive mais de perto com as cenas de uso de crack e das instituições que atuam no seu entorno, de modo a reduzir o estigma, a repulsa e a rejeição, geradores não só de violência como de encolhimento ou fechamento das chances de inserção social dos usuários fora do ambiente delimitado pelo uso da droga.

REDES DA MARÉ: MEDIAÇÃO DE UMA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL E REPLICAÇÃO DE EXPERIÊNCIAS POSITIVAS

Espera-se que o trabalho de produção de conhecimento, intervenção e articulação realizados pelo projeto aqui descrito contribua para consolidar e ampliar o debate em torno de estratégias sustentáveis de atuação do poder público e da sociedade civil no atendimento aos usuários de drogas em situação de rua e na redução dos danos decorrentes dessa circunstância pessoal e social. Espera-se também que possam ser replicadas na mesma cena e em outras as iniciativas bem sucedidas de aproximação à CCFF por meio da pesquisa-intervenção e dos esforços realizados pela Redes da Maré no sentido de articular territorialmente políticas, instituições e serviços direcionados à população da cena.

Essa primeira experiência, embora incipiente, demonstra as potencialidades do papel de uma organização como a Redes da Maré no processo de aproximação e criação de vínculos, e de articulação territorial e institucional. Por exemplo, os esforços que a instituição realizou durante o projeto mostraram ser oportuna a atuação de uma entidade de referência, com enraizamento local, na estruturação de um fórum intersetorial. Ademais, no caso específico da Maré, onde há várias iniciativas consolidadas da sociedade civil e cerca de três mil empreendimentos econômicos, essa mediação pode viabilizar formas diversas de inserção da população da Flávia Farnese na economia e no tecido social das comunidades.

Acredita-se, enfim, que uma atuação integrada como a que se experimentou no projeto aqui exposto pode ser um caminho interessante para refletir sobre possíveis mediações entre a formulação de demandas individuais e coletivas dessa população e a oferta de políticas públicas ainda pouco integradas e articuladas, assim como para pensar práticas ampliadas de redução de danos em contextos de violência e enriquecer o debate sobre reforma das políticas de drogas hoje em vigor no país.

redes da maré

REDES DE DESENVOLVIMENTO DA MARÉ

Rua Sargento Silva Nunes, 1012
Nova Holanda - Maré
Rio de Janeiro - RJ - 21044-242
TEL/FAX: (21) 3105-1568 / 3105-5531

www.redesdamare.org.br
 /redesdamare
contato@redesdamare.org.br